

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE CAMPOS

A HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(1850 À 1961)

PAULA OLIVEIRA FIDELIS DA SILVA

Trabalho monográfico apresentado como
requisito para conclusão do curso bacharel
em Ciências Econômicas na Universidade
Federal Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE CAMPOS

A HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(1850 À 1961)

ORIENTADOR: ROBERTO CEZAR ROSENDO SARAIVA DA SILVA

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S586h Silva, Paula Oliveira Fidelis da
A História da Industrialização do Estado do Rio de Janeiro : (1850 À 1951) / Paula Oliveira Fidelis da Silva ; Roberto Cezar Rosendo, orientador. Campos dos Goytacazes, 2018. 62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2018.

1. Industrialização do Rio de Janeiro. 2. Análise Política do período 1850 à 1961. 3. Estruturalismo. 4. Rio de Janeiro deixa de ser capital do país. 5. Produção intelectual. I. Rosendo, Roberto Cezar, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD -

PAULA OLIVEIRA FIDELIS DA SILVA

**A HISTÓRIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(1850 À 1961)**

Trabalho monográfico apresentado como
requisito para conclusão do curso bacharel
em Ciências Econômicas na Universidade
Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes, ____ de
_____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Cezar Rosendo Saraiva da Silva (orientador)

Prof. Dra. Vanuza da Silva Pereira Ney

Prof. Dr. Felipe Santos Tostes

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Isaura e Paulo Cesar, e as minhas irmãs Monique e Roberta, com todo o carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até essa etapa da minha vida. E ao meu amor, Pedro Augusto, pelo incentivo e apoio constante.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse e mudasse o rumo da minha história. Que em meio a tantos acontecimentos, não permitiu que eu desistisse e me deu força para continuar.

À Universidade Federal Fluminense pela acolhida e por me proporcionar fazer o curso.

Ao meu orientador, Roberto Rosendo, pela oportunidade, por todo apoio e tempo para me auxiliar na elaboração do projeto. E também a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória na universidade e me proporcionaram o conhecimento necessário para a minha formação, os meus eternos agradecimentos.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, por todo carinho, dedicação e todos os esforços que fizeram para que eu pudesse ter a oportunidade de cursar a universidade em outra cidade. Eu nada seria se não fosse vocês!

Às minhas irmãs, que me apoiaram e incentivaram e mesmo com a distância estavam comigo sempre que eu precisava.

Aos meus avôs, pelo carinho e apoio na minha ida para outra cidade.

Ao meu namorado, Pedro Augusto, por todo incentivo, amor e carinho nessa minha trajetória.

A todos os amigos que fiz ao ingressar nessa universidade, pelo momentos incríveis e memoráveis e vivi.

Às minhas estrelas, que hoje brilham no céu, por terem feito parte da minha trajetória.

A todos que fizeram parte da minha formação de alguma forma, o meu muito obrigada.

“A menos que modifiquemos nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”

(Albert Einstein)

Resumo

O presente trabalho investiga os principais processos históricos que pautaram a industrialização brasileira e como este processo influenciou a industrialização Rio de Janeiro. Por mais de duzentos anos do atual município do Rio de Janeiro foi a capital do Brasil. Sede do governo federal, as políticas desenvolvidas em seu território foram decisivas para as transformações econômicas e sociais da então capital nacional e do país como um todo. Com ênfase nas políticas de industrialização definidas pelo governo federal a partir do Rio de Janeiro, inicia-se a discussão a partir do esforço de industrialização enquanto política pública, já no século XIX, com o seu precursor, o Barão de Mauá. No século XX, o grande impulso industrial no governo Vargas com ênfase no planejamento econômico e estruturação da indústria de base chegando-se ao período do governo Juscelino Kubistchek, com destaque para sua política de industrialização do país a partir do Plano de Metas. Logo, em uma perspectiva histórica, cabe discutir as políticas de industrialização e algumas de suas implicações para os contextos regional e nacional, partindo-se da análise de seus efeitos sobre a indústria da então capital federal, o Rio de Janeiro.

Palavras chave: Rio de Janeiro, Industrialização, Barão de Mauá

Abstract

The present work investigates the main historical processes that guided the Brazilian industrialization and how this process influenced the industrialization Rio de Janeiro. For more than two hundred years the current municipality of Rio de Janeiro was the capital of Brazil. Headquarters of the federal government, the policies developed in its territory were decisive for the economic and social transformations of the then national capital and the country as a whole. With emphasis on the industrialization policies defined by the federal government from Rio de Janeiro, the discussion begins from the effort of industrialization as a public policy, in the nineteenth century, with its predecessor, the Baron de Mauá. In the twentieth century, the great industrial impulse in the Vargas government with emphasis on economic planning and structuring of the base industry coming to the Juscelino Kubistchek government period, highlighting its policy of industrialization of the country from the Plan of Goals. Therefore, in a historical perspective, it is necessary to discuss the policies of industrialization and some of its implications for the regional and national contexts, starting from the analysis of its effects on the industry of the then federal capital, Rio de Janeiro

Keywords: Rio de Janeiro, Industrialization, Barão de Mauá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. REFERENCIA TEÓRICO	12
1.1 O estruturalismo.....	12
1.2. A controvérsia sobre o desenvolvimento econômico brasileiro.....	16
2. SÉCULO XIX E O ESFORÇO DE INDUSTRIALIZAÇÃO A PARTIR DO RIO DE JANEIRO.....	20
2.1 Era Mauá.....	21
2.2 Fim do século XIX e o incipiente processo de industrialização	25
3.A POLÍTICA ECONÔMICA E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XX.....	28
3.1 Era Vargas - Primeiro Governo (1930-1945)	29
3.2 Era Vargas - Segundo Governo (1951-1954)	37
3.3 Governo Dutra e a industrialização brasileira.....	41
3.4 Governo Juscelino Kubistchek.....	43
3.5 O processo de industrialização no Estado do Rio de Janeiro.....	47
4.CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

De acordo com Cardoso de Melo (1998), a industrialização ocorreu tardiamente no Brasil, definindo-se como uma política de estado apenas a partir da década de 1930 do século XX. Entretanto, ainda no século XIX, verificam-se as primeiras políticas industriais no Brasil, a partir de iniciativas provenientes de sua capital, o Rio de Janeiro. O mais proeminente precursor de políticas industriais de envergadura nacional no Brasil foi Irineu Evangelista de Souza, também conhecido como Barão de Mauá, em um contexto de fim da escravidão e crise do açúcar (NASSIF, 2010). Em uma viagem à Inglaterra, em 1870, Irineu ficou encantado com as ideias liberais e os avanços proporcionados pela industrialização e resolveu trazer estas ideias do exterior e investir na industrialização do país. Porém, sua visão empreendedora e liberal enfrentariam diversos problemas advindos da aristocracia agrária e escravocrata predominante na época, que defendia o foco na produção agrícola do país e um modelo econômico alheio à economia de mercado.

Somente a partir de 1930 é que a indústria brasileira ganha verdadeiro impulso, por meio de políticas desenvolvidas pelo Estado visando a industrialização, a partir de um processo que ficou conhecido na literatura econômica como “industrialização por substituição de importações”. Desde então, o crescimento da participação da indústria na produção de riqueza nacional provocou mudanças estruturais e institucionais no país, sendo o avanço no processo de urbanização das cidades uma das mais importantes mudanças decorrentes deste processo.

Para Celso Furtado (1969), o governo Vargas foi fundamental para a industrialização do Brasil, com a criação de programas que incluíam o planejamento econômico como estratégia política, que levou à implantação da chamada indústria de base. Neste contexto, o Rio de Janeiro foi um grande laboratório destas políticas, pois congregou boa parte da referida indústria, cuja implantação e desenvolvimento ficou sob a responsabilidade do Estado brasileiro, de modo que a então capital federal abrigou grande parte das sedes das indústrias de base, à exemplo da Petrobras, CSN, RFFSA, ALCALIS, BNDE, dentre outras.

Em 1960, quando o Rio de Janeiro deixa de ser capital do país, perde paulatinamente sua influência econômica e política, e se vê diante de um processo de desindustrialização negativa que instala na região, que se pauta, então, pela perda de

densidade industrial, mais visível por conta da migração de inúmeras empresas privadas e suas sedes para outros estados brasileiros, notadamente São Paulo, Espírito Santo, por conta, sobretudo, de políticas de incentivos fiscais (Rosendo, 2008).

Assim, em uma perspectiva histórica, cabe discutir as políticas de industrialização e algumas de suas implicações para os contextos regional e nacional, partindo-se da análise de seus efeitos sobre a indústria da então capital federal, o Rio de Janeiro.

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir, em uma perspectiva histórica, as políticas industriais desenvolvidas pelo governo federal, a partir do município do Rio de Janeiro, tendo em conta as contribuições do Barão de Mauá, no século XIX, e dos governos Vargas e JK no século XX.

Quanto aos objetivos específicos desse trabalho, no que tange ao processo de industrialização que perpassa pelo Rio de Janeiro com escopo nacional, buscam-se analisar: i) a importância histórica das atividades empresariais promovidas pelo Barão de Mauá no século XIX; ii) As políticas públicas de consolidação da indústria de base nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek e, iii) a apresentação do debate travado entre liberais e desenvolvimentistas associando à questão das políticas públicas com ênfase na promoção da industrialização como estratégia desenvolvimentista.

É consenso na literatura econômica especializada que, os países economicamente desenvolvidos são também definidos como os países mais industrializados. Entretanto, existem duas grandes vertentes teóricas confrontantes a respeito do desenvolvimento: a que defende o liberalismo econômico, na linha de David Ricardo, pela via do comércio internacional, com base na “lei das vantagens comparativas”, que define que, como base para o crescimento, o país deve se especializar nas atividades que apresentam maior vantagem comparativa, a saber, ou na agricultura ou na indústria. Assim, países de tradição agrícola, por exemplo, teriam maior vantagem comparativa se buscassem especializar suas atividades econômicas com foco em atividades agrícolas, possibilitando-lhes maximizar a renda a produção e o emprego. Na outra vertente, a dos chamados desenvolvimentistas, a promoção da industrialização é percebida como sendo a chave para o desenvolvimento econômico e social. Esta perspectiva requer intervenção do estado na economia, não apenas incentivando o desenvolvimento da indústria nacional, mais também protegendo-a em seu processo de formação inicial (proteção da indústria infante). No Brasil, o engenheiro

Roberto Simonsen é considerado um dos precursores desta vertente (Bielschowsky, 1988).

A hipótese adotada no trabalho considera que o Governo Federal centraliza as ações de política industrial, o que torna os estados dependentes de suas ações. O Estado do Rio de Janeiro é um exemplo disso, que abriga a antiga capital do Brasil, que foi precursor das políticas industrializantes do país. Neste sentido, a então capital federal vivenciou as primeiras políticas industrializantes por meio dos investimentos de grande magnitude definidos pelo Barão de Mauá, na segunda metade do século XIX. No século XX, fundamentado em ideais desenvolvimentistas, o Rio de Janeiro é o principal núcleo das políticas industrializantes do país e sedia as matrizes das principais empresas estatais que constituem a indústria de base no Brasil. Estes fatores darão um contorno muito peculiar ao processo de industrialização do Rio de Janeiro e de sua influência no desenvolvimento nacional.

A metodologia empregada na pesquisa tem por base a abordagem histórica quantitativa, com base na perspectiva teórica de Celso Furtado. O trabalho é assim desenvolvido: no Capítulo 1, apresenta-se uma breve revisão bibliográfica a respeito da temática envolvendo a questão do desenvolvimento. Enfatiza-se o debate teórico a respeito do desenvolvimento econômico brasileiro e alguns de seus desdobramentos para no plano regional tendo em vista o município do Rio de Janeiro. No Capítulo 2 discute as contribuições do Barão de Mauá para o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro e do Brasil. O Capítulo 3 aborda as políticas desenvolvimentistas dos Governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek tendo como pano de fundo os desdobramentos destas políticas na constituição do parque industrial da antiga capital federal.

CAPÍTULO 1: REFERÊNCIAL TEÓRICO

1.1 - O estruturalismo

No estudo da industrialização e do desenvolvimento econômico brasileiro, um dos economistas que mais contribuíram teoricamente para a compreensão deste fenômeno foi Celso Furtado. Ao analisar as raízes históricas do subdesenvolvimento, Furtado utiliza o modelo histórico-estruturalista tendo por base as contribuições de Raul Prebisch na definição das relações centro-periferia, defendendo que o Brasil e os países da América Latina estariam na periferia do sistema econômico mundial, em relação aos países chamados Centrais ou industrializados, definidos, sobretudo, pelos Estados Unidos da América, países europeus como a França, Reino Unido, Alemanha e Itália, incluindo ainda o Japão e o Canadá.

A originalidade e brilhantismo do trabalho de Celso Furtado residem, primeiramente, no método que desenvolveu a partir das ideias oriundas do estruturalismo Cepalino. Incluindo a análise histórica em sua abordagem. Assim além do conceito de subdesenvolvimento introduz questões socioeconômicas e sociopolíticas na elaboração de seu pensamento.

Do estudo pormenorizado dos desdobramentos do pensamento cepalino, ressalta a persistência de uma “visão”, que nem sempre foi acompanhada da formalização habitual nas ciências econômicas, mas mostrou sua validade: a abordagem histórico-estrutural. Ao pensamento original de Prebisch acrescentaram-se novas dimensões. Ganhou importância a análise dos tipos de articulação entre os diferentes setores sociais da periferia com suas contrapartes no centro e das distintas formas de dependência daí decorrentes. Celso Furtado, além das contribuições diretas ao marco central do pensamento cepalino, enriqueceu o histórico-estruturalismo nos anos 1980 realçando a importância dos fatores culturais no processo civilizatório típico do capitalismo. (F.H. Cardoso, 2009, p.18)

De acordo com Cavalcanti (2004), a explicação da importância de Furtado na formação do novo conceito histórico-estruturalista pode ser definido como:

Respalçado por seu conhecimento da economia clássica, que impunha a disciplina metodológica, “sem a qual logo se descamba para o dogmatismo”, do marxismo que utilizava em vários de seus raciocínios e da obra de Keynes, então em plena utilização nos meios acadêmicos menos ortodoxos e

mesmo nos ortodoxos, Furtado pôde ainda se valer dos ensinamentos de Raúl Prebisch, com suas idéias das relações centro-periferia, e do grupo de que participara e que aquele liderava na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) – a chamada “escola estruturalista”, um dos movimentos mais criativos do pensamento econômico periférico –, com seu enfoque estrutural dos problemas econômicos. Para chegar até esse patamar de sua reflexão, Furtado procurou aproximar – originalidade sua – a análise econômica do método histórico, numa tentativa de compreensão de problemas similares enfrentados por economias atrasadas em contextos históricos e nacionais diversos, mas com especificações próprias de cada estrutura. Essa perspectiva constituía, além da novidade que trazia, uma forma de procurar saídas para os desafios do desenvolvimento nos países periféricos, países colonizados ou simplesmente de baixos níveis de renda per capita, desafio esse que Furtado sintetizava na necessidade de “explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social” . O núcleo da tese de Furtado, nesse marco, é o da nítida dimensão histórica do fenômeno do desenvolvimento econômico, junto com a necessidade de uma teoria sobre tal fenômeno justificada pelo conhecimento da realidade – e não por uma formulação abstrata geral – e pela capacidade de se atuar sobre essa realidade. (Cavalcanti, 2004)

Assim, o pensamento histórico estruturalista, em sua análise sobre o subdesenvolvimento defende a industrialização como caminho para superação do mesmo.

Em suas contribuições Furtado concebe a industrialização como um processo histórico envolvendo a divisão do trabalho e a mecanização dos processos produtivos definindo-se uma estrutura econômica peculiar:

O homem que produz um instrumento de trabalho para si mesmo, tal o pescador que tece sua rede, divide seu próprio trabalho no tempo. Aquele que utiliza instrumentos fabricados por outros homens integra com estes uma equipe de trabalho que ganha espessura no tempo e no espaço. A essa complexidade da estrutura econômica com base no uso crescente de instrumentos é que chamamos de industrialização (FURTADO, 1978, p.71).

Em uma análise histórica sobre o início do processo de industrialização, Furtado defende que em escala global esse processo pode ocorrer de duas formas: na perspectiva de países como a Rússia e Japão, nos quais a industrialização é promovida a partir da conscientização do governo do atraso econômico que viviam e por receio à dominação externa, por meio de políticas governamentais. E de forma mais espontânea, prevalecendo a lógica do mercado, no contexto dos interesses e fronteira nacionais (FURTADO, 1978).

Furtado acredita em uma terceira forma ou maneira indireta de introdução do processo de industrialização, afirmando que:

Se as duas vias de acesso à civilização industrial que vimos de referir [Japão e Rússia] resultaram da tomada de consciência do atraso na acumulação e da ameaça de dominação externa, a terceira [indireta] pode ser considerada como um subproduto dessa dominação (FURTADO, 1978, p.69).

Furtado ainda ressalta que:

Dessa forma, a integração nos mercados internacionais, mediante a utilização de recursos antes dedicados a atividades de baixo grau de especialização ou simplesmente ainda não incorporadas aos sistemas de produção, constituía uma via de acesso, embora indireta, à civilização industrial. A transferência de mão-de-obra de atividades de auto-subsistência para plantações de café, de cacau, de borracha e outras dava origem a um poder de compra nos mercados internacionais, mediante o qual certas populações passavam a ter acesso aos frutos do progresso técnico. (FURTADO, 1978, p. 70).

Dessa forma, pode-se concluir, tendo por base Furtado (1978), que até o início dos anos 1930, ou seja, antes da era Vargas, a industrialização no Brasil ocorreu de forma indireta, ou seja, foi resultado da dominação externa, dado que o país, desde sua colonização, era voltado para a produção de monoculturas de exportação articulada a uma economia nacional de subsistência, com processos manufatureiros rudimentares. Estabelecia-se assim uma relação de dependência entre os países centrais e os países periféricos do sistema: países periféricos, à exemplo do Brasil, especializavam-se na produção e exportação de *commodities* (produtos com baixo valor agregado) para países centrais e os últimos na produção e exportação de produtos industrializados (de elevado valor agregado). A histórica relação de trocas desiguais no âmbito da divisão internacional do trabalho constituía-se, segundo a visão cepalina, na essência do processo de subdesenvolvimento dos chamados países periféricos (FURTADO, 1978).

Para João Manoel Cardoso de Melo (1998), em seu estudo que deu origem a obra *Capitalismo Tardio*, a questão da industrialização brasileira é percebida como sendo uma industrialização retardatária. Segundo o autor, no Brasil, a industrialização foi iniciada com o capital cafeeiro, oriundo de um setor agroexportador em expansão, especialmente no estado de São Paulo. Cardoso de Melo ressalta ainda que o Estado brasileiro teve grande importância no processo de industrialização do país, sobretudo a

partir de 1930, por meio de políticas econômicas ativas com vistas à promoção da industrialização do país.

As políticas de imigração implementadas pelo governo brasileiro, no início do século XX, particularmente de europeus, aumentaram a mão de obra disponível que poderia ser empregada tanto nas atividades agrícolas de exportação, á exemplo do café, como na indústria nascente. Sendo o início da industrialização marcado pelo investimento na produção de bens não duráveis, o que para Cardoso melo era de grande risco (CARDOSO, 1998).

Cardoso de Melo (1998) defende que o capital industrial e o capital agrário se articulam de forma contraditória, mesmo tendo sido o capital cafeeiro a ter possibilitado a industrialização, ele também impõe limites à acumulação industrial. Dado que foi a economia cafeeira que gerou demanda por alimentos e bens de consumo que eram supridos internamente pela indústria nacional, porém a acumulação do capital cafeeiro era dada internacionalmente. Assim, o capital industrial era dependente direto do capital cafeeiro, dado que não era capaz de gerar seu próprio mercado.

Entretanto Cardoso de Melo resalta também que a indústria pesada, ao contrário da de bens de consumo não se deu a partir do aumento da demanda, mas da união do capital bancário com a ação estatal (CARDOSO, 1998). Para Furtado o desenvolvimento econômico era tema central em suas obras, tendo prestado importantes contribuições ao arcabouço teórico da Cepal. Celso Furtado define desenvolvimento econômico como:

O desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho [...] À medida que cresce a produtividade [...] aumenta a renda real social, isto é, a quantidade de bens e serviços a disposição da população. Por outro lado, o aumento das remunerações resultantes da elevação da renda real provoca nos consumidores reações tendentes a modificar a estrutura da procura. Ocorre assim uma série de interações mediante as quais o aumento da produtividade faz crescer a renda real, e o conseqüente aumento da procura faz com que se modifique a estrutura da produção. (FURTADO,1961 p. 91)

Furtado ainda diferencia progresso e desenvolvimento. Segundo o autor, o desenvolvimento só ocorre quando os benefícios do progresso atingem todas as camadas da população. Furtado argumenta que, enquanto os países centrais promovem o desenvolvimento econômico por produzirem e combinarem inovações tecnológicas de

ponta, o processo de crescimento econômico das nações periféricas é pautado, sobretudo, pela adaptação das inovações produzidas nos países centrais.

Nas palavras de Furtado:

O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente, um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação tecnológica desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação da técnica prevalecente na época (1961, p. 90).

Outra consideração importante de Furtado era que, para ele, o subdesenvolvimento não é uma etapa para alcançar o desenvolvimento, mas um problema econômico e social.

O que conceituamos como subdesenvolvimento é, entretanto, menos a existência de uma economia fundamentalmente agrária – teríamos neste caso tão somente uma economia atrasada – do que a ocorrência de um dualismo estrutural. Este tem origem quando numa economia agrícola atrasada determinadas condições históricas propiciam a introdução uma cunha de economia capitalista, criando-se um desequilíbrio ao nível dos fatores (...) com reflexo em toda (...) estrutura social. As condições criadas pelo dualismo estrutural dificilmente podem explicar-se em termos de um modelo de equilíbrio estável. (FURTADO apud SHISHITO, p.3).

Dessa forma, tem-se que o subdesenvolvimento é visto por Furtado como um processo estrutural de dependência no contexto da histórica divisão internacional do trabalho, definido no contexto das relações econômicas internacionais no modelo centro periferia. Sendo este um quadro difícil de ser alterado, dado que o aumento do produto aumenta também a dualidade estrutural¹, simbolizada, em termos produtivos, pela concentração industrial, e, em termos sociais, pela concentração de renda nas mãos de uma minoria.

1.2- A controvérsia sobre o desenvolvimento econômico brasileiro.

A controvérsia pioneira do desenvolvimento econômico aconteceu a partir de um debate entre os anos de 1944 a 1945, tendo como seus precursores o empresário

¹ Essa dualidade estrutural é a gênese do declínio industrial, dado que a produção para o mercado interno é o que sobra do mercado externo.

paulista Roberto Simonsen e o economista carioca Eugênio Gudín. Esses conflitos de ideias aconteceram durante o Governo Vargas, no contexto da Comissão de Planejamento Econômico, estabelecida para orientar as políticas econômicas do governo federal. A discussão tratava do papel do Estado na economia e da necessidade ou não de industrialização para a promoção do crescimento econômico do país.

Gudin foi um típico economista neoliberal, levado a reinterpretar os grandes enunciados das teorias liberais à luz da problemática econômica revelada pela depressão cíclica do período entre as duas grandes guerras. Fez um esforço de recuperação do princípio fundamental da economia clássica, isto é, uma defesa qualificada do princípio da não intervenção estatal na economia, através da rica problemática analítica de sua aplicação ao caso dos países subdesenvolvidos. (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 41)

Contrário às ideias de Gudín, Roberto Simonsen, economista e industrial brasileiro, foi um dos idealizadores do desenvolvimentismo nacional, definido pelo estímulo ao crescimento econômico sustentável por meio do desenvolvimento industrial com a intervenção do estado.

Para Simonsen, o sucesso do projeto de industrialização dependia de um decidido apoio governamental, porque os mecanismos de mercado seriam insuficientes e, muitas vezes nocivos aos objetivos pretendidos. O protecionismo e planejamento foram os dois instrumentos de intervenção estatal a que o autor deu maior importância (BIELSCHOWSKY, 1988, p.84).

Simonsen era também da opinião que a intervenção estatal no sistema econômico brasileiro deveria ir além das formas indiretas de direcionamento de recursos para determinadas atividades, de modo a incluir investimentos diretos nos setores básicos em que a iniciativa privada não se fizesse presente. (BIELSCHOWSKY, 1988, p.85)

No panorama mundial do pós segunda Guerra o mundo bipolar² e as crises econômicas redefiniram as relações políticas e econômicas entre os países e as relações entre o Estado e economia.

Este debate teve início quando Vargas solicitou ao Conselho Nacional de Política que criasse um documento no qual tivesse uma formulação de política industrial e comercial para o Brasil, tendo sido Roberto Simonsen designado para essa tarefa (BIELSCHOWSKY, 1988, p.85)

² O mundo bipolar termo que expressa a divisão do global em dois diferentes discursos ideológico o capitalismo dos Estados Unidos e o socialismo da União Soviética.

Simonsen era defensor da intervenção do Estado na economia e advogava que a industrialização era crucial para o Brasil alcançar o desenvolvimento econômico. Suas conclusões foram apresentadas com o título de "A planificação da economia brasileira", ele afirmava que: "A planificação do fortalecimento econômico nacional deve, assim, abranger, por igual, o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, como o dos sociais e econômicos, de ordem geral" (Simonsen, 1944). Estavam incluídas em sua análise uma série de diretrizes que poderiam auxiliar o desenvolvimento econômico e social, tais como o desenvolvimento do setor de transportes e de educação, com ênfase criação de cursos de engenharia.

Após a conclusão de seu trabalho, o texto de Simonsen foi encaminhado para ser analisado pela Comissão de Planejamento. Um dos integrantes dessa Comissão era Eugênio Gudín, um economista carioca, com ideias contrárias a industrialização do país. Sua ideologia de base liberal clássica ricardiana defendia que o Brasil deveria aproveitar as condições favoráveis para agricultura e se firmar no mercado internacional como país agroexportador. Então, Gudín rebateu as ideias descritas na análise de Simonsen com um texto intitulado "Rumos da política econômica" e destaca:

O conselheiro Roberto Simonsen filia-se (...) à corrente dos que veem no 'plano' a salvação de todos os problemas econômicos, espécie de palavra mágica que a tudo resolve, mística de planificação que nos legaram o fracassado New Deal americano, as economias corporativas da Itália e de Portugal e os planos quinquenais da Rússia. Não compartilho dessa fé. (GUDÍN, 1945)

(...) A verdade é que temos caminhado assustadoramente no Brasil para o capitalismo de Estado. O próprio projeto Simonsen assinala (...) a lista das indústrias já tuteladas pelo Estado: aço, álcalis, álcool anidro, petróleo, celulose, alumínio, etc. Que celeuma não levantaria nos Estados Unidos a ideia de uma encampação pelo Estado da United States Steel e das jazidas de minério do Lago Superior, ou na Inglaterra a da nacionalização das indústrias do aço, do petróleo, dos álcalis etc.? (GUDÍN, 1945)

Em resposta às críticas de Gudín e de seu argumento a favor economia de mercado, da iniciativa privada e da não intervenção estatal, Simonsen redigi uma resposta em defesa do planejamento econômico e da intervenção do Estado na economia como técnicas para alcançar-se o desenvolvimento econômico.

O planejamento econômico é uma técnica e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares. Pelo contrário. Cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento

da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito da propriedade(SIMONSEN, 1945).

Para acabar com a discussão, Gudin escreve uma carta a comissão, buscando encerrar a polêmica, e rebate:

O que o Dr. Simonsen não quer é concorrência. O que ele quer é que o Estado, por um empréstimo obtido de governo a governo, proporcione aos industriais existentes a aquisição de novo aparelhamento e não permita a entrada de novos concorrentes. É o caso típico do que diz [o economista liberal Ludwig Von Mises [1881-1973]: O plano daria aos atuais proprietários e dirigentes das indústrias uma posição privilegiada contra possíveis novos e eficientes concorrentes (GUDIN, 1945).

Chegou ao fim o debate entre eles, que foi marcado pela discussão entre liberais e desenvolvimentista, sobre suas ideologias e principalmente sobre a interferência ou não do Estado na economia. De acordo com Bielschowsky:

Gudin foi o grande adversário teórico dos desenvolvimentistas brasileiros de orientação nacionalista. Um adversário aguerrido, sem dúvida, porque, politicamente, era um liberal e um conservador dos mais fervoroso. Talvez por isso mesmo, sua discussão relativa à questão do planejamento econômico seja incompleta se comparada a outras questões essenciais. Predominou nessa questão sua obsessiva oposição política a intervenção do Estado na economia, quem considerava corresponderem a perigosas concessões ao socialismo. Daí decorre o tom marcadamente ideológico de alguns de seus textos. (BIELSCHOWSKY, 1988, p.42)

As ideias do desenvolvimentismo na qual Simonsen foi o grande teórico e defensor, se tornaram um legado deixado por ele, pois em 1948 ele faleceu. Porém, até a discussão polêmica acerca da intervenção do estado na industrialização ocorrem até os dias atuais.

CAPÍTULO 2: SÉCULO XIX E O ESFORÇO DE INDUSTRIALIZAÇÃO A PARTIR DO RIO DE JANEIRO

Um dos mais importantes acontecimentos do século XIX foi a vinda da Família Real para o Brasil no ano de 1808, e instalação da corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro. No dia 31 de agosto de 1763, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital do Brasil, tirando o posto que antes pertencia a Salvador. O Rio se manteve como capital até 1960, quando a sede do governo foi transferida para Brasília. Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro este assume papel ímpar no cenário nacional e sua influência econômica e política será determinante para os rumos do desenvolvimento do país. O século XIX consolida o Rio de Janeiro como expressão maior do poder da coroa Portuguesa e como o centro econômico, cultural e político do país. Além disso, o Rio de Janeiro era o principal responsável por escoar a produção do país para o mercado internacional, através de seus portos. (TORRES, 2014)

A vinda da corte portuguesa para o Brasil, resultou das ameaças de Napoleão Bonaparte à coroa Portuguesa que mantém o comércio com a Inglaterra, então proibido pela França (Bloqueio Continental) (TORRES, 2014). Foi possível com a ajuda da Inglaterra no plano de fuga e na proteção do território português contra invasões dos franceses. Porém, essa ajuda teria um custo, que foram os tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, assinados entre Portugal e Inglaterra em 1810, esse tratado tinha a finalidade de abrir os portos do Brasil para a Inglaterra, tornando o Brasil um dos principais mercados consumidores dos ingleses, esse acordo poderia se desfeito depois de quinze anos. No ano de 1827, o Brasil agora um país recém independente, buscando reconhecimento internacional, renovou os tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação (TORRES, 2014).

Em meio a diversos discursos ideológicos, o protecionismo teve sua ascensão com a Tarifa Alves Branco, no ano de 1844, que aumentou a tributação dos produtos estrangeiros. Os principais objetivos dessa tarifa era aumentar a balança comercial do Brasil e desenvolver a indústria nacional. A tarifa Alves Branco ainda incluía no art. 20 e art. 21 sobrepor taxas em países que taxem produtos do Brasil.

Art. 20. O Governo fica autorizado a impor nos generos de qualquer Nação estrangeira, que em seus portos carregar as mercadorias brasileiras de maiores direitos, do que as de igual natureza de outra qualquer Nação, hum

direito diferencial, que contrabalance o mal efeito da desigualdade, ou que a obrigue a aboli-la, mas esse direito cessará logo que cesse a mesma desigualdade. (Tarifa Alves Branco, 1844)

Art. 21. Hum igual direito differencial será arrecadado nas Alfandegas do Brasil dos generos daquellas Nações que cobrarem sobre quaesquer generos importados em seus portos em Navios brasileiros, maiores direitos de consumo do que sobre os importados em seus proprios Navios, procedendo-se ácerca delles da mesma maneira que sobre os do Artigo antecedente. (Tarifa Alves Branco, 1844)

No ano de 1850, foi decretada a Lei Eusébio de Queiros, que determinava o fim do tráfico de escravos africanos. Essa lei foi criada cedendo à pressão da Inglaterra, que em seu modelo de comércio, a substituição de escravos por trabalhadores assalariados possibilitaria o aumento do mercado consumidor.

A ascensão da Tarifa Alves Branco e a Lei Eusébio de Queiros foram essenciais para o impulso de industrialização do Brasil. Um dos primeiros precursores da industrialização do Brasil foi o Barão de Mauá.

2.1 Era Mauá

Irineu Evangelista de Sousa (1813-1889), o Barão de Mauá, foi uma das figuras mais marcantes do século XIX, foi o responsável pelas primeiras tentativas de industrializar e desenvolver o país. Segundo Celso Furtado:

Em nossa história, aparecem muitas figuras de idealistas, mas apenas um dentre eles intuiu, desde meados do século XIX, que a chave para a modernização do Brasil estava na industrialização. Essa é a singularidade de Mauá, que tentou antecipar de um século nossa inserção na modernidade. Ao rejeitarem sua liderança, os que mandavam no Brasil condenaram-nos ao subdesenvolvimento (FURTADO).

Nascido em 28 de dezembro de 1813, no Rio Grande do Sul, filho de fazendeiros, ainda muito novo ficou órfão de pai. Com o novo casamento de sua mãe, seu padrasto não aceitava filhos do primeiro casamento, então aos oito anos foi morar com seu tio Manuel José Carvalho, que era capitão da marinha mercante, no Rio de Janeiro (REZENDE, 1999).

Na sua chegada ao Rio de Janeiro, começou a trabalhar em um estabelecimento comercial, como caixeiro viajante em uma firma portuguesa. O seu bom empenho no

trabalho e sua determinação em aprender permitiu que assumisse melhores cargos ao passar do tempo.

Irineu era muito estudioso e buscava ampliar sempre seus conhecimentos, então quando houve uma desvalorização das ações do Banco do Brasil, ele aproveitou a baixa de preços e investiu na compra de ações. Decorrido um tempo, o banco do Brasil foi liquidado, e assim Irineu foi incluído como sócio em uma reunião fechada destinada aos acionistas majoritários (REZENDE, 1999).

Em seu trabalho na firma portuguesa conheceu Richard Carruthers, que admirava a sua dedicação e esforço no trabalho, e o convidou para ingressar em sua firma inglesa. Nesse novo emprego teve a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos sobre comércio, aprendendo contabilidade e uma nova língua o inglês. Com os ingleses, conheceu uma nova perspectiva acerca do desenvolvimento industrial, o liberalismo econômico de Smith e Ricardo. E no ano de 1835, com a aposentadoria de Carruthers, Irineu assume o controle da empresa Carruthers & Co (Ibid, 1999).

Irineu fez sua primeira viagem à Europa no ano de 1840, foi para a Inglaterra e visitou fábricas, bancos, estaleiros e estradas de ferro. Além de ampliar sua visão da economia, essa viagem possibilitou a criação de parcerias para sua empresa, conseguindo captar investimentos ingleses para seus negócios no Brasil. Como o próprio Irineu escreveu em suas anotações:

(...) minha opinião que o Brasil precisava de alguma indústria, dessas que podem medrar sem grandes auxílios, para que o mecanismo de sua vida econômica possa funcionar com vantagem; é a indústria que manipula o ferro, sendo a mãe das outras, me parece o alicerce dessa aspiração. Causou-me forte impressão o que vi e observei, e logo aí gerou-me em meu espírito a idéia de fundar em meu país um estabelecimento a que me refiro (MAUÁ, 1943)

No ano de 1846, Mauá funda a primeira indústria naval no país, com a construção do estaleiro da Companhia Ponta de Areia, localizada em Niterói, que gerou muitos empregos e de imediato tornou a maior indústria do país. Os recursos utilizados na construção do estaleiro advinham da Inglaterra, e essa construção só foi viabilizada com os investimentos de Mauá. O investimento na nova indústria foi possível depois do advento do protecionismo, como na Tarifa Alves Branco (1844), mas somente essa tarifa não possibilitaria tal feito, mas também a concessão de crédito governamental e de

concessão de obras públicas, à exemplo da canalização do Rio Maracanã. Neste sentido, Irineu comenta:

Quando tive o pensamento de mudar o rumo na direção de minhas ocupações, [a indústria] foi a primeira ideia que tratei de realizar – entendendo-me previamente com o então ministro do Império, o conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, sobre o encanamento das águas do [rio] Maracanã, que estava resolvido, serviço que me foi por Sua Excelência garantido. Com essa base, comprei a miniatura que então já se chamava Ponta de Areia, a ponte de, já no fim do primeiro ano, representar o estabelecimento quatro vezes o capital empregado primitivamente, o que, desequilibrando minhas finanças, porque a liquidação de antigos empregos era vagarosa, obrigou-me a pedir às câmaras o primeiro empréstimo de 300 contos para o estabelecimento, que me foi prontamente concedido, dividido o reembolso ao Estado em onze prestações anuais com os mesmos juros que o Estado pagava- o que foi religiosamente cumprido, achando-se a divisa e os seus juros pagos no fim do prazo. (MAUÁ, 1943)

A Liquidação a qual ele se refere foi da empresa Carruthers e Co., que foi fechada um ano após a determinação da Tarifa Alves Branco.

Com o sucesso do estaleiro de Ponta de Areia, Irineu viu uma nova oportunidade, que sua indústria poderia produzir postes e canalização adequada para iluminação pública a gás. Entrou na concorrência e ganhou com o menor valor, logrando assim a concessão para a criação da companhia de gás em 1851, que iria fornecer iluminação a gás para a cidade do Rio de Janeiro (MARINGONI, 2007).

Na década de 1850, foi instituída a Lei Eusébio de Queiros que proibia o tráfico de escravos, como parte da oferta de crédito advinha de traficantes de escravos, e as atividades agrícolas tal como a economia cafeeira apresentava insuficiência de crédito, havia uma necessidade concessão de crédito (MARINGONI, 2007).

Acompanhei com vivo interesse a solução desse grave problema; compreendi que o contrabando não podia reerguer-se, desde que a vontade nacional estava ao lado do ministério que decretava a suspensão do tráfico. Reunir os capitais que se viam repentinamente deslocados de ilícito comércio e fazê-los convergir a um centro onde pudesse ir alimentar as forças produtivas do país foi o pensamento que me surgiu na mente, ao ter certeza de que aquele fato era irrevogável. Apresentei-me, pois, em campo com a idéia de criar uma grande instituição de crédito (MAUÁ, 1943)

No dia 01 de março de 1851, Irineu em conjuntos com vários comerciante e negociantes, fundam o Banco do Comércio e da Industria do Brasil, mais conhecido

como Segundo Banco do Brasil. E no decorrer do tempo foram abrindo diversos outros bancos, aumentando a concorrência. (MAUÁ, 1943)

No ano de 1853, o Rio de Janeiro vivência grave crise financeira, gerada pela alta concorrência e a política de emissões desenfreadas das instituições. Então, a Coroa adota uma reforma bancária, que consiste no lançamento de um terceiro Banco do Brasil que consistia na fusão forçada de dois bancos privados. Assim, teria um emissor oficial e diminuiria a liquidez na economia. Com essa fusão, Irineu deixa de ser presidente do Banco do Brasil e passa a ser um dos diretores.

Então Mauá inaugura o Banco Mauá, Macgregor e Cia, no ano de 1854 no Rio de Janeiro e abrindo filiais em várias capitais brasileiras, como também em Londres, Nova Iorque, Buenos Aires e Montevideú.

Também no ano de 1854, Irineu recebeu a concessão para construir a primeira ferrovia no país, que ligava a Baía de Guanabara à Serra de Petrópolis. Na inauguração estava D. Pedro II, que concedeu a Irineu o título de Barão de Mauá. Para homenagem a sua esposa, o Barão nomeou a locomotiva de Baronesa. “Em 1854, a Estrada de Ferro Mauá uniu o fundo da baía com a Raiz da Serra. A barca ferry com trilhos permitia o transbordo de cargas até a Praça XV.” (LESSA, p.140, 2005)

Nesse mesmo ano, Irineu inaugura a primeira rodovia pavimentada do país, entre Juiz de Fora e Petrópolis (MARINGONI, 2007)

Suas ideias contrastavam muito com a mentalidade local, que era escravista e com o modo de vida baseado na propriedade de terra, conhecida também como aristocracia agrária, contrária ao desenvolvimento por outro viés que não agrário. Assim, a aristocracia agrária estando no poder político influenciava negativamente as tentativas de industrialização de Mauá.

O Barão de Mauá foi deputado do Rio Grande do Sul, porém no ano de 1873 renunciou ao cargo para cuidar dos seus negócios que estavam ameaçados desde a crise bancária de 1864. E no ano de 1874, Irineu recebe o título de Visconde.

Em meio à crise no ano de 1875, Irineu encerrou o Banco Mauá, e teve que vender todas suas empresas para liquidar suas dívidas. Com a falência de seu banco, Mauá redigiu um texto nomeado de “Exposição aos credores” no qual além de contar os motivos de sua falência, ele expõe sua trajetória pessoal e financeira.

Logo, Irineu Evangelista foi de grande importância na industrialização não só do Rio de Janeiro, mas do Brasil no século XIX, foi o responsável por implantar uma nova ideologia, e também a iniciou a construção de uma nova infraestrutura para possibilitar avanços na indústria nacional. Porém, sua ideologia liberal e industrial sofria com a oposição das oligarquias agrárias, que defendiam um regime escravocrata e a propriedade agrária como principais atividades econômicas nacionais. E assim, seus feitos só foram reconhecidos no século seguinte.

2.2 Fim do século XIX e o incipiente processo de industrialização

No final do século XIX, a indústria nacional estava iniciando e baseava-se na produção de bens não duráveis e semiduráveis, tais como alimentos, tecidos, sapatos, sabão, entre outros. No ano de 1889, primeira indústria têxtil do Brasil, inicia-se a partir do Rio de Janeiro, com a inauguração da Cia Progresso Industrial, mais conhecida com fábrica Bangu. Dada a grande distância do centro da cidade, os empresários que comandavam a fábrica de tecidos Bangu optaram por construir um bairro de casas para os operários. Outro destaque do final do século foi a criação da Fundação Progresso, localizada na Lapa e era produtora de fogões e cofres. (NASSIF, 2010)

O final do século XIX é marcado pelo fim dos sistemas econômico, com base na mão de obra escrava e político, baseado na monarquia. A Proclamação da República dá início assim à Primeira República do Brasil, no ano de 1889. Esse período foi caracterizado pela alternância de poder entre militares e as oligarquias rurais. Sendo dividido em dois momentos: A república da Espada (1889-1894) governada pelos militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto; e a República Oligárquicas (1895-1930) governada pelas oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais.

A primeira Constituição da República foi em 1891, merecendo destaque a determinação do Rio de Janeiro em permanecer como a capital da república brasileira, como no artigo da constituição:

Art. 2º Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo município neutro constituirá o Districto Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte (Constituição de 1891)

O Rio de Janeiro que era capital da colônia desde 1763, agora era capital da república e seria o palco dos grandes acontecimentos republicanos, e de lá seriam tomadas as decisões econômicas e políticas cruciais para o desenvolvimento de todo o país.

A primeira década republicana foi marcada por mudanças estruturais na economia no Rio de Janeiro, e no país. Dentre as mudanças mencionadas destacaram-se a definitiva proibição do trabalho escravo, a crescente entrada de imigrantes no país e a maior inserção do Brasil na economia internacional. (FRANCO, 1990, p. 11-28)

De acordo com Gustavo Franco, um dos acontecimentos de maior importância no campo econômico brasileiro foi a institucionalização do trabalho assalariado no final do século XIX. Entretanto, esse fato gerou impactos monetários, pois o pagamento de salários demandava uma maior liquidez (FRANCO, 1990, p.11-28).

O fim da escravidão, a introdução do trabalho assalariado e a necessidade de contratação de mão de obra, associado à crise econômica e política determinada pela mudança do sistema de governo, levou o Rio de Janeiro a vivenciar sérios problemas financeiros na última década do século XIX, determinando o aumento da procura de crédito. O aumento da demanda por crédito era caracterizado como sazonal, essa sazonalidade advinha da época de colheita de safras. E em sua maioria a demanda por crédito vinham da região Norte Fluminense, sobretudo por conta de sua expressiva produção açucareira (FRANCO, 1990, p.11-28).

Em meio a isso, era necessária uma lei que permitisse a emissão temporária para auxiliar os bancos, esta lei fora aprovada em 1885, e resultou em uma melhora imediata na liquidez. Porém a longo prazo, perdeu sua eficiência. Assim houve um aumento nos conflitos doutrinários e políticos entre os defensores do padrão ouro e equilíbrio fiscal (metalistas) e dos que advogavam uma maior intervenção do estado no sistema bancário financeiro com vistas ao aumento da liquidez (papelistas), como mostra o trecho a seguir do livro *A Ordem do Progresso*:

A década de 1890 seria memorável em seus debates entre metalistas e papelistas em torno da orientação a ser dada à política macroeconômica. Nos primeiros anos a balança tenderia para estes, pois a República teria como seu primeiro ministro da Fazenda um campeão papelista de indisputado talento, ninguém menos do que Ruy Barbosa. Todavia, a necessidade de se flexibilizar a política monetária geraria excessos, assim multiplicando resistências, de modo que o experimento papelista teria curta duração. A depreciação cambial de 1891, por outro lado, daria início a um período de

hesitações e de progressiva deterioração das contas externas. A reação conservadora a partir de meados da década seria avassaladora: a partir de 1898 o país levaria um plano conservador de saneamento monetário e fiscal às suas últimas consequências. Os anos 1890 conhecem, portanto, ambos os extremos do espectro doutrinário. (Franco, 1990, p.11)

Assim, encerrou-se o século XIX marcado por significativas mudanças estruturais e institucionais nos campos econômico, político e social do Brasil. Na primeira metade do século XX, o Rio de Janeiro protagonizará as políticas econômicas que lançarão as bases para o processo de industrialização capitaneada pelo Estado brasileiro.

CAPÍTULO 3: O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO SÉCULO XX

A indústria do Rio de Janeiro passou por significativa diversificação produtiva na primeira metade do século XX destacando-se os setores metalúrgico, químico, farmacêutica e de construção civil. Essa diversificação foi acompanhada pela perda da liderança produtiva para São Paulo, sendo que, a partir de 1930, o Rio de Janeiro passou a ocupar o segundo lugar na produção nacional, no início do século XX (NASSIF, 2010).

As três primeiras décadas do século XX correspondem a continuação da Primeira república, e foi um período muito instável.

Este é um dos poucos períodos na história republicana onde uma sucessão de crises econômicas esgarça o tecido político além de sua possibilidade de resistência, ensejando, ao longo dos anos 30, não só um profundo redesenho das políticas econômicas, como das formas de organização do Estado (FRITSCH, 1990, p.31)

As três primeiras décadas do século XX foram caracterizadas por sucessivas crises econômicas e políticas gerando instabilidade nas alianças políticas entre os estados brasileiros. Quando a economia nacional se recupera, vem a crise internacional de 1929, impactando negativamente o país. A crise de 1929 restringiria o comércio internacional brasileiro reduzindo o fluxo comercial e financeiro do país no mercado internacional, gerando uma superprodução cafeeira, base do setor exportador brasileiro, contribuindo para a degradação do antigo sistema político caracterizado pela velha república (FRITSCH, 1990, p.31-72).

O fim da Primeira República marca, portanto, o início de uma dupla transição. Por um lado, a de uma economia primário exportadora baseada no café, com regime cambial e comercial relativamente livre, para uma economia voltada 'para dentro' com severos controles sobre transações externas. Por outro lado, a transição de um sistema político onde a plutocracia paulista tinha papel hegemônico, para algo mais difuso em termos de distribuição regional e social da apropriação corporativa dos favores do Estado, ampliados em decorrência do fim do laissez-faire nas transações com o resto do mundo. (FRITSCH, 1990, p.32)

Com o fim da Primeira Republica, se dá início a um período conhecido como Revolução de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, como aprofundaremos no próximo ponto.

A partir da década de 30, a indústria carioca passa a sofrer com a competição da indústria paulista, que apresentava crescente dinamismo. O parque industrial do Rio de Janeiro se expandia, mas a um ritmo menor que o parque industrial paulista. Tal fato implicou a perda de participação relativa da indústria do Rio de Janeiro no espectro nacional.

Com efeito, fatores conjugados como o crescimento do comércio, a forte participação dos gastos públicos do governo central e o recrudescimento do mercado consumidor estimularam a expansão da indústria na cidade do Rio de Janeiro, que se tornou mais evidente, no início do século XX. (...) apesar da expansão de seu parque industrial, o Rio de Janeiro não conseguiu acompanhar a aceleração da indústria paulista, o que provocou a perda de participação relativa de sua atividade industrial no contexto nacional. (ROSENDO, 2008, p.54)

Na década de 1950 do século XX, o Rio de Janeiro consolida seu parque industrial, beneficiando-se das políticas de industrialização por substituição de importação. A ascensão industrial do Rio de Janeiro no contexto nacional sofre inflexão com a mudança da capital brasileira para Brasília, em 1960. Nas décadas seguintes, a indústria do Rio de Janeiro perderia importância relativa de forma sistemática, contribuindo para o esvaziamento econômico da então capital brasileira que foi acompanhada de permanentes crises sociais.

Como discutido no Capítulo 1, a primeira metade do século XX é marcada por fortes debates acerca da industrialização nacional. A figura revolucionária do Barão de Mauá, que encarnava o conceito de empresário inovador proposto por Schumpeter, é substituída pelo Estado empreendedor a partir de 1930.

3.1 Era Vargas - Primeiro Governo (1930/1945)

No período pós Primeira Guerra Mundial, o mundo passava por uma grande depressão determinada pela crise 1929, que se deu com a quebra da Bolsa de Nova York. Surge uma figura política de extrema importância para o desenvolvimento do

Rio de Janeiro e do Brasil no plano nacional, Getúlio Vargas. Nascido no ano de 1882, na cidade São Borja (RS), cursou direito e começou sua carreira política ainda jovem. Foi deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, Governador do Rio Grande do Sul, Deputado Federal, Ministro da Fazenda e presidente do Brasil.

No ano de 1929, Getúlio tenta pela primeira vez as eleições para presidente do Brasil, em um contexto de disputa entre oligarquias, porém perdeu as eleições contra o paulista Júlio Prestes. Em meio a muita tensão política, as oligarquias regionais se organizaram formando uma Aliança liberal e eram favoráveis a tomada de poder, conhecida como Revolução de 1930, sendo Getúlio Vargas o escolhido para assumir o governo do país, marcando assim o fim da República do "Café com leite". (ABREU, 1990, p.73-104)

O primeiro Governo Vargas ocorreu entre 1930 e 1945, tendo sido dividido em períodos. O período de 1930 a 1934, Vargas foi alçado ao posto de do governo provisório. Nesse contexto, o Rio de Janeiro foi o palco de todos esses acontecimentos e era a sede do Governo Federal, passando por mudança estruturais significativas no que tange às particularidades de seu processo de industrialização, mais dependente dos investimentos públicos federais.

No período 1930/1960, a economia brasileira sofreu importantes transformações estruturais, marcadas pelas políticas de industrialização, via processo de substituição de importações. Nesta fase, o Rio de Janeiro foi contemplado com substanciais investimentos do governo federal em segmentos-chave da indústria de base, o que iria marcar sua estrutura industrial diferenciando-a, por exemplo, do processo de industrialização de São Paulo, menos dependentes dos investimentos públicos federais. (ROSENDO, 2008, p. 55)

A política de industrialização por substituição de importações, baseou-se fortemente em políticas cambiais e de comércio exterior ativas, em um contexto em que o café o açúcar eram os principais produtos de exportação do país.

Evitando uma queda excessiva da taxa de câmbio, uma das medidas tomadas foi a sustentação artificial da taxa de câmbio, pois se a taxa de câmbio não fosse sustentada geraria uma diminuição da receita do café, devido à queda dos preços no mercado internacional. Esse controle cambial foi mantido até 1934, com montante de divisas. (ABREU, 1990, p.73-104)

A crise cambial fez com que o governo suspendesse o pagamento da dívida pública. Mas até o ano de 1931, com a visita da missão financeira britânica com o Sir Otto Niemeyer, havia a esperança de retorno ao crescimento econômico. Pois nessa visita, Niemeyer alertou da possibilidade de empréstimos com Londres caso o Brasil adotasse algumas diretrizes, como a volta ao padrão ouro e criação de um Banco Central. Entretanto, o Reino Unido deixou o Padrão ouro. Então, o Brasil precisou negociar um empréstimo com o Estados Unidos, postergando o pagamento da dívida e aumentando seu valor total. (ABREU, 1990, p.73-104)

O Ciclo do café tem grande importância quando se trata da industrialização, pois, como mencionado foi o acúmulo de capital que contribuiu para os investimentos que impulsionaram a industrialização do país. Quando Vargas assumiu o cargo de chefe do governo provisório, a política do governo em relação ao café foi baseada na compra de estoques de café pelo governo Federal, financiada por créditos do Banco do Brasil e por taxaço das exportações. O objetivo era manter o preço do café elevado. Dessa forma, promovia-se a destruição dos estoques quando ocorria o descompasso entre a produção de café e a capacidade de o mercado internacional absorver-lo. Para viabilizar a política de valorização do café, é criado, no ano de 1931, o Conselho Nacional do Café que se tornou Departamento Nacional do Café em 1933 (ABREU, 1990, p.73-104).

O Rio de Janeiro foi um grande produtor cafeeiro durante o século XIX. A cidade do Rio de Janeiro se destaca pela maciça produção de café a Tijuca, e no interior fluminense com destaque para as cidades de Vassouras, Valença, Piraí, Cantagalo e Itaperuna, formando um conjunto de pequenas cidades do café. E no século XX o café fluminense perdeu espaço na exportação para o café paulista, por ter qualidade inferior. (LESSA, 2005, p.135- 156)

A partir de 1933 a política do café estabeleceu vertentes que definiam a intervenção do governo até 1937, sendo fixadas as quantidades de café que seriam destruídas, as retidas em estoque e a de livre negociação. A política do governo de valorização do café com vistas à melhoria do saldo da balança comercial somada à manutenção do câmbio com certo grau de desvalorização permitiram mitigar o efeitos negativos da crise internacional no país.

Abreu destaca que:

A expansão do saldo do balanço comercial foi consequência da desvalorização cambial e controle cambial que impedia a importação de bens não essenciais. Estas políticas, adotada devido ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, implicaram reorientação da demanda em benefício da produção doméstica. (ABREU, 1990)

Para Furtado, em sua obra *Formação econômica do Brasil*, o primeiro governo Vargas utilizou políticas monetárias e cambiais para enfrentar a Crise, e dessa forma o desenvolvimento veio como resultado, como ele afirma:

a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era subproduto da defesa dos interesses cafeeiros (FURTADO, 1977, p. 193)

Na área trabalhista Vargas iniciou algumas mudanças pela via institucional criando em 1930 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, responsável por criação de políticas para geração de emprego, fiscalização do trabalho, apoio ao trabalhador, política salarial, segurança e saúde no trabalho. E criação em 1931 da Lei de Sindicalização, que garantia ao Estado intervenções nos sindicatos do Trabalhadores. Essas medidas visavam uma aproximação de Vargas com a grande massa da população. (ABREU, 1990, p.73-104)

A seguir, um trecho que mostra a produção industrial nacional durante o governo provisório:

Após cair 9% entre 1928 e 1930, e permanecer praticamente estagnado entre 1931-32, o produto industrial cresceu 10% ao ano entre 1931 e 1939. A participação das importações na oferta total (a preços de 1939) caiu de 45% em 1928 para 25% entre 1931 e 20% em 1939. Exceto no caso de bens de capital, consumo durável e intermediários do gênero elétrico, a produção doméstica correspondia, em 1939, a mais da metade da oferta; no caso de bens de consumo não duráveis, a mais de 90% da oferta (FISHLOW,1972).

Devido a conflitos com a elite paulista que se opunha ao governo provisório de Vargas, São Paulo promoveu um levante contra o Governo Federal que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1933. Mesmo sendo derrotada, a elite paulista conseguiu instituir o Código Eleitoral de 1933. No ano seguinte, foi convocada uma Assembleia Constituinte (1934) na qual Vargas foi eleito presidente através de voto

indireto. Com Assembleia Constituinte produziu a Constituição de 1934 e a reforma tributária de 1934, que favorecia ao mercado interno (FISHLOW,1972).

O período 1934-1937 ficou conhecido como Governo Constitucional, onde Vargas era intitulado como presidente da república, por voto indireto. Esse período do governo constitucional ficou marcado pela crescente criação de representações de diferentes correntes ideológicas pelo Rio de Janeiro e pelo país inteiro, tendo essas correntes propostas de soluções favoráveis ou contrárias ao capitalismo.

No ano de 1934, começaram pressões de empresários norte-americanos para um regime de câmbio preferencial no Brasil. Dessa forma, enviaram John Willians, do Federal Reserve Bank of New York, para realizar uma análise acerca da situação cambial do Brasil. Em contraste como diagnóstico feito em 1931 por Niemeyer, Willians defendia que o problema cambial dependia da recuperação do nível de comércio internacional e da redução dos obstáculos do livre comércio. Assim, seguindo as suas recomendações, em 1934 a cobertura cambial das exportações foi liberada do controle cambial, excluindo a da produção de café.

A despeito das dificuldades relativas ao balanço de pagamentos, a economia continuou a crescer 6,5% ao ano entre 1934 e 1937. O encarecimento das importações permitiu a utilização de capacidade ociosa na indústria enquanto a continuada adoção de política fiscal, cafeeira, monetárias e creditícia expansionista permitiu a sustentação da demanda (ABREU, 1990, p.85).

No período de 1934-37. a produção agrícola cresceu aproximadamente 2%, enquanto a produção industrial cerca de 11% ao ano. Tendo destaque os setores da indústria de borracha, papel, cimento, metalúrgica, química e têxtil que apresentaram crescimento maiores que a média industrial.

Dois acontecimentos marcantes nesse período foram: a reforma tarifária e o Tratado de comércio com os Estados Unidos.

[...] reforma tarifária de 1934 e do tratado de comércio com os Estados Unidos em 1935, os industriais, liderados por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, trataram, com sucesso, de evitar danos graves à produção industrial doméstica. A reforma de 1934 resultou em um aumento da tarifa específica agregada da ordem de 15%; a redução na margem de proteção que se verificou depois de 1935 – nunca abaixo dos níveis de 1928- deveu-se ao aumento considerável dos preços de importação em mil-réis, causado, principalmente, pela desvalorização cambial de 1935. De outra forma seria

difícil explicar o aumento considerável do produto industrial que caracterizou a década a partir de 1933. (ABREU,1990, p. 86)

O tratado do comércio com os Estados Unidos tratava-se de concessões tarifárias aos produtos norte-americanos e os Estados Unidos manteriam as principais exportações brasileira livre de tributos, sendo o café a principal. Esse tratado não gerou grande impactos sobre a indústria nacional, tendo se beneficiado do mesmo a indústria produtora de artefatos de couro e peles e de elétricos específicos.

Os termos do acordo comercial de 1935 foram objeto de intensa polemica no Brasil. De um lado, os industriais paulistas, liderados por Roberto Simonsen, insistindo que na tarifa anterior “não havia um só caso de proteção excessiva” e que o próprio Adam Smith se aterrorizaria com o uso indiscriminados de seus princípios de política econômica. Do outro lado, alinhavam-se, liderados por Valentim Bouças, os defensores da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, favoráveis, portanto, a quaisquer medidas tendentes à liberalização. A ênfase da argumentação dos defensores do acordo centrava-se, como no começo do século, no caráter parasitário da indústria brasileira, defendida por um a proteção tarifária despropositada, enfatizando, em suma, o seu ‘artificialismo’. A oposição dos industriais ao acordo concretizou-se em bloqueio por um ano de sua ratificação na Câmara dos Deputados pelos representantes da classe, liderados por Euvaldo Lodi. A oposição parlamentar à ratificação só foi vencida com interferência de Vargas, após intensa pressão norte-americana, com base na ameaça da imposição de tarifa sobre o café brasileiro (ABREU, 1990, p. 87).

De acordo com Abreu (1990), entre os anos de 1935 e 1938 houve um aumento do comércio entre Brasil e Alemanha. Com as pressões advindas dos Estados Unidos contrárias a esse comércio, ameaçando com um bloqueio na entrada de produtos brasileiros nos EUA. Assim, foi assinado um acordo no qual foi estabelecido que o comércio entre Alemanha e Brasil seria caracterizado com comércio de compensação, com o mercado alemão absorvendo os produtos brasileiros que não eram exportados para o EUA.

Durante o período do governo constitucional, grupos ideológicos tentaram um golpe contra o governo Vargas, conhecido como Intentona Comunista. Mesmo com as tentativas reprimidas, Vargas decretou estado de sítio e reprimiu as atividades da esquerda. O poder legislativo foi diluído e o executivo teve suas atribuições ampliadas.

Em 1937 o governo recebeu a denúncia de uma ação chamada de Plano Cohen, que até hoje causa dúvidas da veracidade desse plano, que consistia em uma suposta tentativa comunista de tomada do poder do Estado. Assim, em meio a instabilidade

nacional, Vargas promulgou a Constituição de 1937. inspirada na Carta Fascista da Polônia, que centralizava o poder econômico e do legislativo no executivo. Em novembro do mesmo ano, o Congresso Nacional foi fechado e a nova Constituição começou a vigorar. Nesse momento do início ao Estado Novo (1937-1945) configurou-se um regime ditatorial no Brasil, com a concentração do poder nas mãos de Vargas (ABREU, 1990, p.73-104).

Em 1937, por conta do aumento das importações, foi adotado um sistema de controle cambial. Com essa nova política, abandonou-se parcialmente a sustentação de preços do café, dessa forma temos:

[...] a elasticidade-preço da demanda por café resultou ser relativamente alta no curto prazo: em 1937-39 os preços do café caíram em 25% enquanto a quantidade exportada cresceu 40%. Foi a retração da exportação de outros produtos brasileiros que afetou a receita global de exportações. (ABREU, 1990, p.91)

Assim, a política comercial se baseou no controle cambial e de importações a partir de 1937, sendo eficaz em conter e reduzir as importações.

Com o Brasil tendo dificuldades no pagamento de mercadorias no exterior no ano de 1938 e a maior dependência comercial e financeira do Brasil frente aos Estados Unidos, os últimos elaboraram um plano de desenvolvimento econômico para orientar o país. Nesse plano, eram abordadas questões envolvendo relações comerciais, dívida pública, investimentos dos EUA no país, política cambial, entre outras questões. Tendo os EUA feito uma concessão de crédito, o Brasil se comprometeu em adotar uma política cambial liberal, a gerar obstáculos no comércio de compensação com a Alemanha e retomar o pagamento da dívida pública externa (ABREU, 1990, p.73-104)

Esse período do Estado Novo, os partidos políticos foram extintos e a Lei de Segurança Nacional garantia penalizações aos que fossem contra as ideias de Vargas, com evidências de perseguições políticas em seu governo e severas torturas. Um importante acontecimento nesse período foi a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1939, que regulamentava questões como horário de trabalho, férias, descanso remunerado, condições de segurança e salário mínimo.

Já o período compreendido entre os anos 1939 até 1945 foi marcado pela Segunda Guerra Mundial. O conflito, de escala mundial gerou grandes dificuldades

para o comércio internacional. Com o início da guerra, os produtos nacionais perderam mercados na Europa Central e Europa Ocidental, de modo que essas perdas não foram compensadas por exportações para os países aliados e neutros.

De acordo com Abreu (1993) houve um acordo com os Estados Unidos em 1941, que garantiu a exportação de produtos nacionais para supri-los, entretanto havia uma carência de importações.

Essa carência de importações, gerou a possibilidade de desenvolvimento da indústria nacional sem a concorrência com a produção externa, entretanto, esse crescimento industrial seria limitado pelos reverses na compra de insumos e bens de capital no mercado externo para o desenvolvimento da mesma.

A taxa de crescimento do produto industrial, que havia caído em 1937-39 para 6,5% ao ano, caiu em 1939-42 para 1,6%. Entre 1942 e 1945, quando a escassez de insumos e de bens de capital tornou-se seria, a taxa média de crescimento foi de 9,9%, comparável à que se verificou entre 1933 e 1939. (ABREU, 1990, p.94)

Durante o período da guerra, foram realizados diversos tratados de suprimento com os Estados Unidos. Entre esses acordos acerca do suprimento de produtos para serem importados para o Brasil, destaca-se o fornecimento de materiais e créditos para a Construção de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

A construção da Companhia Siderúrgica Nacional foi muito importante para o desenvolvimento indústria do Rio de Janeiro, e a construção ter sido em Volta Redonda, era por posicionamento estratégico entre divisas do Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. E a criação de CSN foi considerada o marco mais importante do processo de substituição de importação.

Com a nova consciência da necessidade de criação de indústrias de base para produção de insumos e bens de capital para fornecer para outros setores. Em um trecho de seu discurso, em Volta Redonda no ano de 1943, Vargas deixa claro essa nova ideia:

O problema básico da nossa economia estará, em breve, sob novo signo. País semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, promovendo as suas urgentes necessidades de defesa e aparelhamento. Já não é mais adiável a solução. Mesmo os mais empedernidos conservadores agrários compreendem que não é possível depender da importação de máquinas e ferramentas... (citato em Ianni, 1971)

Em meio a todos os acontecimentos do período intitulado Estado Novo, como a foram criadas algumas instituições de regulamentação e controle das atividades econômicas nacionais, destacando-se o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), em 1944. Esse conselho tinha a finalidade de realizar um estudo de política industrial e econômica para desenvolvimento industrial do país, tendo como parte desse conselho o industrial Roberto Simonsen. (VIANNA, 1990, p. 105-122)

Em 1945, foi o fim da Guerra com a derrota do fascismo e isso impossibilitou Vargas a continuar com seu regime autoritário. Nesse mesmo ano, acabou a censura da imprensa e os prisioneiros políticos foram soltos, iniciando-se a criação de novos partidos políticos.

A cúpula do exército liderou um golpe para tirar Vargas do Poder, e assumiu o Presidente do Supremo Tribunal José Linhares. E formaram uma nova Assembleia constituinte Nacional para criar a nova Constituição e organizar as próximas eleições, acabando assim o regime conhecido como Estado Novo. Vargas apoiou o candidato à presidência Eurico Gaspar Dutra nas eleições que o sagrou vitorioso, sendo Dutra o presidente durante o período 1946 a 1951.

Para Furtado, acerca do desenvolvimento industrial durante o período 1937 até 1945.

Apesar das intenções governamentais, nos primeiros anos do Estado Novo a economia desacelerou seu ritmo de crescimento, principalmente entre 1939 e 1942, quando cresceu apenas 0,4% e a indústria 1,6%. As dificuldades de importação, decorrentes da guerra, são apontadas geralmente como causa, mas as taxas são recuperadas a partir de 1942, com a indústria voltando a crescer em média 9,5% e o PIB 6,4% entre 1942-1945 (FURTADO, 1977).

3.2 Era Varga- Segundo Governo (1951/1954)

O governo Vargas possuiu dois diferentes momentos o período de 1930-1945 que engloba o governo Provisório, o governo Constitucional e o Estado Novo; e o período de 1951-54 com governo Populista. E entre esses dois diferentes períodos temos o Governo Dutra (1946-1951), que será aprofundado no próximo tópico do capítulo.

A última administração de Vargas foi no período de 1951-1954, em que foi eleito por voto popular. O projeto econômico desse período consistia em dois momentos distintos, o primeiro era baseado na adoção de uma política ortodoxa, restritiva, de

controle de gasto e de inflação, o segundo seria voltado para o desenvolvimento de infraestrutura industrial. (VIANNA, 1990, p. 123-150)

Quando Vargas foi eleito presidente, houve um interesse dos EUA em retomar acordos com o Brasil, sendo criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Essa comissão proporcionava o financiamento de projeto em infraestrutura industrial. (VIANNA, 1990, p.123-150)

A política de comércio exterior em 1951, manteve a taxa de câmbio fixa e sobrevalorizada e o regime de licenças para importação. A importância desse regime era manter o equilíbrio na balança comercial.

Entretanto, houve uma queda na exportação gerada pela crise industrial têxtil, que suspendeu a exportação do algodão, que ocupava o segundo lugar na exportação nacional, e também pela inflação interna dada pela supervalorização do cruzeiro. Em conjunto a isso, a expectativa de desvalorização cambial induziu os exportadores a fazer estoque, afetando diretamente a exportação. Esses fatores levaram ao desequilíbrio da balança comercial em 1952.

A crise cambial de 1952, portanto, tem origem na perda temporária de controle sobre o comércio exterior decorrente da defasagem existente entre concessão de licenças e a efetivação das importações e em uma série de fatos não previstos pelas autoridades econômicas, tais como a crise industrial têxtil mundial e consequente queda vertiginosa das exportações de algodão, a forte retração das demais exportações (com exceção do café), os gastos em dólares na aquisição de trigo dos Estados Unidos por causa da quebra da produção argentina, despesas adicionais com fretes e imposição de sobrepreços nas importações como consequência do próprio crescimento atrasado comerciais. O baixo nível de influxo de capital estrangeiro não ajudou a minorar as dificuldades (VIANNA,1990, p.128).

Segundo Vianna, a CMBEU chega ao fim em 1952, gerado principalmente pela mudança do governo dos EUA e pelo fato das intuições financeiras que financiavam o acordo tentaram interferir na política econômica nacional desde a crise cambial de 1952. Dessa forma, o projeto econômico determinado pelo governo não daria mais certo, dada a crise cambial e a falta de estabilidade econômica que o segundo momento demandava, que era desenvolver a infraestrutura industrial (VIANNA, 1990, p.123-150)

Entretanto um ano antes do fim da CMBEU, foi criado um dos órgãos mais importante para o Rio de Janeiro durante esse período, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 1952, foi um projeto esboçado

durante o Governo Dutra, que se consolidou durante o Governo Vargas. O BNDE tinha como objetivo elaborar análises de projetos e atuar como braço do governo na implementação de políticas consideradas fundamentais para o avanço industrial.

Em 1953, foi criada a Lei do mercado livre, que gerou um livre movimento de capital estrangeiro no Brasil. E ainda, o governo precisou de um empréstimo para saldar os atrasados comerciais.

Os objetivos a serem alcançados no comércio exterior com a Lei do Mercado Livre eram claros: primeiro, possibilitar o escoamento da exportação dos gravosos, sem prejuízos na receita cambial obtida com produtos de demanda inelástica em relação ao preço e que estavam obtendo altas cotações no mercado mundial (café e cacau, a inclusão do algodão nesse grupo suscitou polêmica). Segundo, reduzir a propensão a importar através dos deslocamentos, para o mercado livre, de cerca de um terço do valor total das importações, substituindo, dessa forma, parte da limitação das importações através de licença prévia. (VIANNA, 1990, p.134)

Em meio à crise econômica do Brasil no mercado financeiro externo, Vargas anuncia uma reforma ministerial, no qual assume Osvaldo Aranha. Mantendo a política com a visão ortodoxa, porém com ajuste cambial. Sendo criada a Instrução 70 da Superintendência de Moeda e de Crédito (Sumoc) em 1953. (VIANNA, 1990, p.123-150)

A Instrução 70 da Sumoc restituiu o monopólio cambial do Banco do Brasil e substituiu o controle de importações pelo regime de leilões de câmbio em bolsa de fundos públicos do país, que consistiam na venda de Promessas de Venda de Câmbio (PVC), que seriam retiradas em um pregão público, e davam direito a compra de câmbio com no valor determinado. Nesses leilões os produtos eram classificados em níveis distintos de essencialidade (VIANNA, 1990, p.123-150).

Do lado das importações, as taxas múltiplas de câmbio através do sistema de leilões permitiram, simultaneamente, a realização de amplas desvalorizações como instrumento para o equilíbrio da balança comercial, e a manutenção de uma política de importações seletiva, onerando mais certos produtos e favorecendo a aquisição de outros, de acordo com o critério de essencialidade e, por consequência, de proteção à produção industrial doméstica. (Vianna, 1990, p.141)

Os resultados dessa política foram bons a curto prazo, com aceleração das exportações e importações sendo mantidas. Apesar, de a indústria doméstica ter crescido, houve um aumento na inflação.

Um aspecto importante no contexto social, a legislação trabalhista foi ampliada nesse período, é que forma as bases do sistema trabalhista e social dos dias de hoje. Vargas em 1954, anunciou um aumento de 100% no salário mínimo.

A união do aumento do salário mínimo, o problema com o café e a desvalorização cambial resultada da Instrução 70 geraram a crise de 1954.

Mais complexa, e muito mais importante, era a posição da indústria. Como já vimos, a Instrução 70 desagradara o setor, pois as desvalorizações cambiais implicavam elevação dos seus custos. Comparada à situação anterior, quando a proteção à indústria doméstica era garantida pelo controle de importações e suas próprias compras no exterior realizadas pela taxa de câmbio oficial, a mudança foi claramente desfavorável. Incomodava a indústria, ainda, a redução do crédito do Banco do Brasil às atividades econômicas. O momento decisivo para o ingresso do setor numa posição de franca hostilidade ao governo, entretanto, foi a fixação do aumento do salário mínimo. (VIANNA, 1990, p.149)

É importante ressaltar que uma das mais relevantes contribuições para a economia brasileira no segundo governo Vargas foi a criação da empresa estatal Petrobrás, em 1953, com sede no Rio de Janeiro, responsável pela extração e refinação do Petróleo extraído no território nacional.

O segundo Governo Vargas avançou no sentido de completar a indústria de base nacional, por meio da industrialização por substituição de importações. Pesados investimentos públicos foram realizados na formação da indústria de base nacional, a qual seria a responsável por fornecer insumos para os demais setores produtivos. A maior parcela das empresas estatais que constituíram a indústria nacional do país eram sediadas na capital do país, o Rio de Janeiro. Neste sentido, destacam-se as seguintes empresas estatais, a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, RJ (1941); Fábrica Nacional de Motores em Duque de Caxias, RJ (1942); Companhia Nacional Álcalis em Arraial do Cabo, RJ (1943), Eletrobrás (1954), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952)

3.3 Governo Dutra e a industrialização brasileira (1946-1951)

Entre os períodos conhecido como Estado Novo e o Governo populista de Vargas, apoiado por Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra foi presidente do país. Seu governo correspondeu ao período 1946 até 1951 pós ditadura que definiu o Estado Novo.

Uma das suas primeiras atitudes foi convocar uma assembleia Constituinte, na qual teria a função de discutir leis para a criação de uma nova Constituição. Essa nova Constituição dava autonomia para os três poderes e determinava eleições direta para cargos executivos, legislativos, estaduais e municipais.

Em 1946, o grande evento foi a promulgação da nova Constituição. A expressão 'democracia controlada', de aceitação difundida entre os estudiosos da história política brasileira, dá a conotação exata do conteúdo da nova estrutura política consolidada na Carta Magna de 1946, garantia-se a liberdade de expressão e representação popular em geral, salvo no que diz respeito aos aspectos que ameaçavam a propriedade privada e a acumulação de capital, salvo no que diz respeito às relações fundamentais do sistema entre capital e o trabalho (BIELSCHOWSKY, 1988, p 263).

O Governo Dutra apresentou diferentes posturas na questão de política econômica, como no trecho a seguir:

A política econômica no Governo Dutra possui, porém, períodos distintos, delimitados por dois marcos relevantes. O primeiro foi a mudança na política de comércio exterior, com o fim do mercado livre de câmbio e adoção do sistema contingenciamento às importações, entre meados de 1947 e início de 1948. O segundo foi o afastamento do ministro da Fazenda, Correa e Castro, em meados de 1949, indicando a passagem de uma política econômica contracionista e tipicamente ortodoxa para outra, com maior flexibilidade nas metas fiscais e monetárias (VIANNA, 1990, p.105).

Dessa forma, a política do início do Governo Dutra foi baseada nas concepções determinada na Conferência de Bretton Woods. Nessa conferência foi feito um acordo, entre os países participantes, que objetivava uma reestruturação do capitalismo após a Guerra, possuindo uma série de conjunturas para regular a política econômica internacional. Dentre elas, foi estabelecido o padrão ouro tendo o dólar como moeda

internacional de reserva, a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e criação do Banco Internacional.

A expectativa do Governo ao basear sua política no acordo liberal de Bretton Woods era o preço internacional do café sofresse aumentos significativos, em curto prazo. Iniciou um desequilíbrio gerado pela escassez de dólar, ocasionado pela alta demanda da moeda no mercado internacional.

As exportações do Brasil sofreram uma queda com a o fim da guerra, dado que a volta de outros países como fornecedores, aumentando a concorrência. E as importações sofre aumento e necessidade de reequipamento. Com as reservas em moeda conversível diminuindo consideravelmente no Brasil, alguns fornecedores suspendem o abastecimento de determinados insumos, afetando diretamente a indústria nacional pela falta de matéria-prima.

Dessa forma, foi necessário a adoção de controle cambial e de importações em 1947, objetivando controlar o desequilíbrio externo, racionando e analisando a melhor forma de usar a moeda estrangeira disponível. Assim, essas políticas em conjunto com o aumento do preço internacional do café e com a diminuição de preço de importação geradas pela recessão dos EUA em 1949, gerou um equilíbrio na balança comercial brasileira.

Entretanto, a manutenção da taxa cambial gerou uma perda de competitividade das exportações brasileiras, ocasionada também pela inflação interna. Para tentar melhorar o quadro das exportações, o governo autorizou a exportação de produtos gravosos, ou seja, produtos de qualidade inferior que não tinham condições de serem colocados no mercado internacional.

A partir de 1949, o controle de importações começou a ser utilizado como ferramenta para o processo de substituição de importações. Esse controle em conjunto com a sobrevalorização da taxa de câmbio estimulou a produção industrial doméstica.

Pode-se apontar a existência de três efeitos relacionados à combinação de taxa de câmbio sobrevalorizada com controle de importações. Efeito subsidio, associado a preços relativos artificialmente mais baratos para bens de capital, matérias-primas e combustíveis importados. Efeito protecionista, através das restrições a importação de bens competitivos. Efeito lucratividade, resultante do fato de que a taxa de câmbios sobrevalorizada tendeu a alterar a estrutura das rentabilidades relativas, no sentido de estimular o mercado doméstico em comparação com a produção para exportação (VIANNA, 1990, p.115)

Outro fator de grande importância para o processo de substituição de importação foi a política de crédito do Banco do Brasil, que aumentou o crédito para a indústria.

Dutra criou, em 1949, o primeiro plano econômico planejado de seu governo, com intervenção do Estado na economia, chamado de Plano Salte, que objetivava a melhora nas condições da população no âmbito da saúde, alimentação, transporte e lazer, esse plano reorganizava os gastos públicos nesses setores.

O Plano Salte tratava-se de plano de gastos, e os recursos desse plano advinha das receitas orçamentárias e de empréstimos. Porém, esse plano durou apenas um ano, dado que o governo não conseguiu manter fontes de financiamento e também devido ao aumento da inflação, gerada pela alta intervenção do Estado na economia.

Assim, o Governo Dutra possuiu duas vertentes distintas quanto a política econômica, sendo ela ortodoxa até 1949, e seguiu para uma intervenção do Estado na substituição de importações para o desenvolvimento da indústria nacional. “O final do Governo Dutra pode ser caracterizado, portanto, no setor interno, pela retomada do crescimento, do processo inflacionário e pela recorrência do desequilíbrio financeiro do setor público” (VIANNA, 1990, p.122).

E a indústria do Rio de Janeiro deu continuidade ao fenômeno de deslocamento espacial visto no Governo Vargas, tendo durante o Governo Dutra sido favorecido pela construção da BR-116, em 1951, mais conhecido como Via Dutra e a construção da Avenida Brasil, em 1946, que favoreceram principalmente o desenvolvimento industrial da Baixada Fluminense.

3.4 Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)

Nascido no ano de 1902 em Diamantina, Minas Gerais. Formado em medicina, com especialização em urologia. Iniciou sua carreira política no ano de 1933, quando assumiu a chefia de gabinete civil. Em 1935, Juscelino assumiu o cargo de deputado federal, porém foi deposto no Estado Novo. Em 1940, foi nomeado prefeito de Belo Horizonte e continuou atuando como médico. Somente cinco anos depois deixou a medicina para dedicar-se a política. Com o fim do Estado Novo, JK foi afastado do cargo de prefeito. E no ano de 1946 foi eleito Deputado Federal e em 1951 assumiu o

Governo de Minas Gerais, posteriormente em 1954 lança sua candidatura a presidente da República.

Em 1956, Juscelino Kubitschek assume o cargo de presidente do Brasil. Com o objetivo de superar a estagnação da economia brasileira.

O governo Kubitschek caracterizou-se pelo integral comprometimento do setor público com uma explícita política de desenvolvimento. Os diagnósticos e projeções da economia brasileira empreendidos de forma sistemática desde o final da segunda Guerra Mundial desembocaram na formulação do Plano de Metas que constituiu o mais completo e coerente conjunto de investimentos até então planejados na economia brasileira. Por isso mesmo, o Plano foi implementado com sucesso alcançando-se a maioria das metas estabelecidas tanto para o setor público como para o setor privado. A economia cresceu a taxas aceleradas, com razoável estabilidade de preços e em um ambiente político aberto e democrático. (ORENSTEINS; SOCHACZEWSKI, 1990, p. 171)

No governo de JK, a economia nacional era baseada em um tripé formado pelo governo, setor privado nacional e setor privado internacional, pois para continuar o processo de substituição de importações foi necessário estimular investimentos de capital estrangeiro no Brasil.

Nesse período, a indústria do Rio de Janeiro e nacional foram impulsionadas pelas políticas vinculadas ao Plano de Metas. E o período ficou conhecido com industrialização pesada.

A política cambial adotada nesse governo foi o regime de taxa múltiplas estipulados pelas instruções da Sumoc, determinadas em 1953. Como a política governamental tinha o objetivo desenvolvimentista, foi necessário a inclusão da nova Instrução 113, que favorecia ao setor industrial.

No ano de 1957 ocorreu uma nova reforma cambial, que objetivava simplificar o sistema de taxas múltiplas e introduziu um sistema de proteção para produtos domésticas em relação aos produtos importados da mesma categoria, mas o sistema de leilões de divisas foi mantido. Essa nova reforma separava os bens importados em duas categorias, a primeira era a categoria geral que englobava importação de matérias-primas, equipamentos e bens genéricos que fossem produzidos o suficiente na indústria doméstica. A segunda era a categoria de especiais que englobava bens de consumo restrito e os bens que a produção interna conseguia produzir em quantidade para suprir o mercado interno. E tinha uma categoria de preferenciais que eram produtos importados

que tinham um tratamento privilegiado. Para enquadrar os produtos nas categorias e determinar a taxa a partir de tarifas pré-fixadas foi criado o Conselho de Política Aduaneira.

Uma das principais ideias implícitas na reforma foi acelerar a substituição de bens de capital, diminuindo-se a ênfase dada em anos anteriores à substituição de bens de consumo. Essa orientação tornou a política de importação coerente com o estágio avançado pelo processo de substituição/industrialização. Na verdade, alguns bens de capital foram incluídos na categoria especial (o que tornou sua importação mais cara) enquanto taxas favoráveis foram mantidas para importação (com ou sem cobertura cambial) dos chamados bens de capital-capital, produtos intermediários, matérias-primas, todos necessários à produção de equipamentos. A indústria de bens de capital cresceu à taxa de 26,4% ao ano entre 1955 e 1960 em grande medida devido ao comportamento dos segmentos “equipamentos e veículos” e “equipamentos de transporte” (ORENSTEINS; SOCHACZEWSKI, 1990, p.174)

A reforma cambial incluía um mecanismo com a redução da tarifa para produtos importados, caso ficasse comprovado que a indústria doméstica não tivesse capacidade de produzir para abastecer o mercado interno. E ainda tinha a lei do “similar nacional” para as indústrias que provasse ter capacidade de abastecer o mercado interno.

As políticas do governo JK eram voltadas para o desenvolvimentismo, dessa forma foi criado o Conselho do Desenvolvimento, que tinha o objetivo traçar a estratégia de desenvolvimento do país, esse conselho formulou um plano determinando diversos objetivos e problemas setoriais que foi o Plano de Metas.

O Plano de Metas foi gerado a partir de um projeto feito pelo convênio CEPAL/BNDE em 1953, tendo o objetivo de analisar o comportamento da economia brasileira do período de 1939 até 1953, e assim realizar projeções relativas ao desempenho de vários setores, e essas projeções originaram o Plano de Metas em 1956.

O slogan do plano de Metas era “50 anos de progresso em 5 de realizações”, sendo a primeira política econômica que estabelecia metas para o setor público e setor privado, buscando superação dos obstáculos estruturais. Foi um plano considerado um grande avanço se comparado com os planos anteriores. Consistia em 30 metas para o desenvolvimento de diferentes setores e o 31º consistia na construção de Brasília, a nova capital do Brasil.

As prioridades de JK consistiam no aumento nas exportações, a manutenção de um sistema para seleção de importação em favor de bens de capital, substituição de importações pela produção interna e a alocação de recursos produtivos externos.

O Plano previa investimento em setores estratégicos em busca do desenvolvimento econômico, nas áreas de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

Energia e transporte eram, novamente, as áreas principais de investimento, com 71,3% do total de recursos, a cargo quase que integralmente do setor público. Para a indústria de base previa-se 22,3% da inversão total, a cargo principalmente do setor privado ou do financiamento do mesmo por entidades públicas. As metas de educação (integralmente a cargo do setor público) e alimentação recebiam 6,4% dos recursos. (ORENSTEINS; SOCHACZEWSKI, 1990, p.177)

Entretanto, o plano apresentou algumas dificuldades, gerada principalmente pela falta de clareza de como seria financiado para alcançar os objetivos esperados. Sendo adotado o financiamento inflacionário.

As políticas adotadas durante o governo de JK davam ao estado a responsabilidade de desenvolver a infraestrutura que possibilitasse o desenvolvimento industrial. Como o valor do frete afeta diretamente o preço final do produto, o governo intervia diretamente nessa questão. As empresas de transporte do setor público recebiam investimentos do governo para evitar o aumento no preço dos fretes, enquanto as empresas de transporte do setor privado eram obrigadas a manter o preço baixo.

Os investimentos se concentravam no setor industrial, especialmente na produção química e mineral, onde se incluíam a produção e refino de petróleo e a extração de minério de ferro. O setor de transporte e comunicação recebeu a maior parte dos investimentos a partir de 1958, em consequência da formação da RFFSA. O ponto central a ser observado quanto a participação do setor público diz respeito não somente aos montantes, mas aos aspectos qualitativos da mesma. De fato, ao exercer uma demanda autônoma de investimentos de montante substancial, o setor público estava em condições de sustentar uma demanda efetiva suficientemente alta para manter sob controle o ciclo econômico. Tal evidencia sugere que o investimento público se constituía em variável decisiva para a indústria de bens de capital, mantendo um elevado nível de atividade deste setor até o início da crise dos anos 60. (ORENSTEINS; SOCHACZEWSKI, 1990, p.184)

Tratando a meta que consistia na Construção de Brasília, Juscelino escreveu em sua obra intitulada "Por que construí Brasília" que em seus comícios pelo país sempre o questionavam pelo vazio demográfico existente no país, isto o fez refletir sobre o problema e implicações disso. Então, segundo Juscelino Kubitschek:

O grande desafio da nossa História estava ali: seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral - que já havia alcançado certo nível de progresso -, povoar-se o Planalto Central. O núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espalhar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do País. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da Capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear novo ciclo bandeirante. (KUBITSCHKEK, 2000, p.07)

Entretanto, além da construção da nova capital permitir a ocupação do interior do país é importante ressaltar outros motivos que levaram a transferência da capital para Brasília. A então capital, Rio de Janeiro, estando localizada no litoral, era vulnerável a ameaças de guerra além de que, apresentando alto índice populacional, estava mais suscetível a pressões.

Assim, a cidade do Rio de Janeiro deixa de ser capital do Brasil e passa a ser o estado da Guanabara, em 1960. Mas a importância histórica do Rio de Janeiro o marca com identidade do Brasil no exterior, conferindo-lhe destaque nacional e internacional.

3.5 O processo de industrialização no Estado do Rio de Janeiro

Depois de tratado o viés histórico e político do processo de industrialização agora analisaremos a movimentação da indústria e sua concentração no Brasil, focando no Rio de Janeiro e comparando com os demais estados da região sudeste.

O processo de industrialização Fluminense assim como no âmbito nacional foi dividido por dois distintos momentos o do período de 1930- 1955 como industrialização restringida que o foco era a política voltada para o café e o período de 1956 a 1961 com a industrialização pesada.

O período da industrialização restringida foi marcado período pós Crise de 1929, um período de dificuldades com da segunda Guerra Mundial. A economia começou a

apresentar melhoras a partir de 1933 devido a produção industrial. Tendo sido gerado a partir da queda da importação, devido a Segunda Guerra Mundial e mudança nos preços relativos que aumentava o valor dos produtos importados, isso favoreceu o desenvolvimento da indústria nacional.

O setor principal da indústria, nessa época, era o de bens de consumo não duráveis, seguindo em menos proporção pelo de bens intermediários e pelos bens de consumo duráveis e de capital, de reduzida expressão. Essa expansão pôde ser feita em grande parte pelo capital industrial nacional, dados as menores dimensões das plantas, a menor densidade de capital e o menor risco de investimento. Entre outros setores lembremos o têxtil, beneficiado com os acordos da Segunda Guerra firmados entre o Brasil e os Aliados para o abastecimento das forças militares e, ainda com a possibilidade que então se abria para que exportássemos para vários países africanos e sul-americanos. (CANO, 2007, p. 73)

Entre 1949 e 1953, houve uma supervalorização da taxa de câmbio, isso tornou os equipamentos importados mais baratos, favorecendo o a acumulação de capital industrial no Brasil. A Tabela 1 apresenta as taxas médias anuais de crescimento real da indústria de transformação, do período de 1919 até 1970, com a análise dos estados do sudeste.

No Brasil a indústria de transformação cresceu a taxa média anual de 5,7% no período 1919-39, 7,8% no período 1939-49 e 9,3% no período 1949-59. Paralelo ao crescimento industrial nacional, o Rio de Janeiro apresentava taxa média anual de 4,2% no período de 1919-39, taxa de 9,3% no período de 1949-59, taxa de 10,7% no período 1949-59. E a Guanabara³ apresentava taxa média anual de 5,7% no período de 1919-39, taxa de 4,2% no período de 1939-49, e 6,0% no período de 1949-59. Nota-se que no período 1919/1959 a taxa média de crescimento da indústria, respectivamente, de São Paulo e do Brasil superam a do antigo estado da Guanabara.

³ Tratarei como Guanabara o território do antigo Distrito Federal, que atualmente corresponde ao município do Rio de Janeiro (atual capital do Estado). Diferenciando do Estado do Rio de Janeiro, cujo a capital era o município de Niterói. Ressaltando que o Estado da Guanabara (1960-75) foi fundado somente após a saída da Capital do Brasil do Município do Rio de Janeiro

Tabela 1- Indústrias de transformação: taxas médias anuais do crescimento real (1919-70) – (%)

Regiões	Total						
	1919-39	1939-49	1949-59	1959-70	1919-49	1949-70	1919-70
Brasil	5,7	7,8	9,3	7,3	6,4	8,3	7,2
Guanabara	5,7	4,2	6,0	6,7	5,2	6,3	5,6
Rio de Janeiro	4,2	9,3	10,7	5,2	5,8	7,8	6,6
São Paulo	7,0	9,8	10,8	7,8	7,9	9,2	8,4
Minas Gerais	7,5	6,3	8,0	8,4	7,1	8,2	7,6
Espirito Santo	3,6	12,7	2,7	13,1	6,5	8,0	7,2

Fonte: IBGE. Censo Industrial (dados brutos); Elaboração da equipe de pesquisa do DEPE/UNICAMP (Adaptado pelo auto)

A indústria nacional começava a sofrer uma mudança estrutural. De acordo com Cano (2007), “A estrutura industrial mudava lentamente entre 1919-39 e mais ainda no segundo período. O peso relativo das Indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis, no total da produção industrial, passava de 78% em 1919 para 67,5% em 1939 e para 60,7% em 1949.” (CANO, p.75, 2007).

As taxas anuais de crescimento nacional das indústrias produtoras de bens de consumo não-durável foram de 5,0% no período de 1919-39, para 6,7% no período de 1939-49, e sofrendo uma queda para 6,2% no período 1949-70. Na taxa de crescimento anual das indústrias de bens de consumo não duráveis, foi destaque na região Sudeste o estado de São Paulo que apresentava as maiores taxa anuais, com 7,0% no período de 1919-70, enquanto o Rio de Janeiro apresentava 4,4% e a Guanabara taxa de 4,6%. (Tabela 2)

Tabela 2- Indústrias de transformação: taxas médias anuais do crescimento real (1919-70) – (%)

Regiões	Indústrias produtoras de bens de consumo não-durável						
	1919-39	1939-49	1949-59	1959-70	1919-49	1949-70	1919-70
Brasil	5,0	6,7	6,2	6,2	5,5	6,2	5,8
Guanabara	5,3	3,4	4,1	5,6	4,7	4,9	4,8
Rio de Janeiro	3,5	5,8	5,6	3,8	4,2	4,7	4,4
São Paulo	6,0	8,5	7,1	7,1	6,8	7,1	7,0
Minas Gerais	5,2	7,8	5,0	5,9	6,0	5,5	5,8
Espirito Santo	2,8	13,5	-0,4	11,4	6,2	5,7	6,0

Fonte: IBGE. Censo Industrial (dados brutos); Elaboração da equipe de pesquisa do DEPE/UNICAMP (Adaptado pelo autor)

As indústrias produtoras de bens intermediários foram impulsionadas pelas restrições geradas pela crise e pela guerra, isso gerou um crescimento do setor. A taxa nacional de crescimento do setor era de 7,0% no período de 1919-39, de 10,0% no período de 1939-49 e 11,3% no período de 1949-59. O Rio de Janeiro apresentou as taxas de 5,4% (1919-39), 14,5% (1939-49), 14,3% (1949-59) e a Guanabara taxas de 6,8% (1919-39), 5,5% (1939-49) e 8,5% (1949-59). Esse salto na taxa anual de crescimento do Rio de Janeiro foi gerado pela implantação da Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda.

Outro fator importante que impulsionou o crescimento do setor produtor de bens intermediários foi o processo de urbanização que ocorreu no país a partir da década de 40, que aumentava a demanda por produtos como cimento, madeira, vidro e outros materiais utilizados pela construção civil e obras públicas.

Tabela 3- Indústrias de transformação: taxas médias anuais do crescimento real (1919-70) – (%) (continuação)

Regiões	Indústrias produtoras de bens intermediários						
	1919-39	1939-49	1949-59	1959-70	1919-49	1949-70	1919-70
Brasil	7,0	10,0	11,3	7,1	8,0	9,1	8,5
Guanabara	6,8	5,5	8,5	6,1	6,4	7,2	6,7
Rio de Janeiro	5,4	14,5	14,3	4,7	8,3	9,1	8,7
São Paulo	7,7	12,7	11,4	7,3	9,3	9,2	9,3
Minas Gerais	13,3	3,8	11,5	9,3	10,0	10,3	10,2
Espirito Santo	6,0	10,7	8,4	14,2	8,8	11,4	9,1

Fonte: IBGE. Censo Industrial (dados brutos); Elaboração da equipe de pesquisa do DEPE/UNICAMP (Adaptado pelo autor)

A indústria produtora de bens de capital e de consumo durável também foi impulsionada pelas restrições de importação decorrentes da crise e da guerra. Apresentando uma taxa nacional de crescimento anual de 12,6% no período de 1919-39, taxa de 9,3% no período de 1939-49 e de 18,4% no período de 1949-59. Nesse setor o Rio de Janeiro se destaca, com taxas de 27,3% no período 1919-39, taxa de 16,1% em 1939-49 e 12,7% no período 1949-59. Superando a taxa de crescimento de São Paulo até 1949-59 que é superado pelo mesmo com crescimento de 20,3%.

Tabela 4- Indústrias de transformação: taxas médias anuais do crescimento real (1919-70) – (%) (continuação)

Regiões	Indústrias produtoras de bens de capital e de consumo durável						
	1919-39	1939-49	1949-59	1959-70	1919-49	1949-70	1919-70
Brasil	12,6	9,3	18,4	10,3	11,5	14,1	12,5
Guanabara	8,5	7,9	11,4	11,4	8,3	11,4	9,5
Rio de Janeiro	27,3	16,1	12,7	11,7	23,5	12,2	18,7
São Paulo	14,5	8,9	20,3	9,4	12,6	14,5	13,4
Minas Gerais	10,3	15,6	15,7	18,1	12,7	16,9	14,5
Espirito Santo	-	21,0	7,0	30,6	-	18,8	-

Fonte: IBGE. Censo Industrial (dados brutos); Elaboração da equipe de pesquisa do DEPE/UNICAMP (Adaptado pelo autor)

O destaque do Rio de Janeiro com a produção de bens de capital e de consumo duráveis foi gerada pela criação da Fábrica Nacional de Motores (FNM) em 1942, durante o Governo Vargas. Durante o Governo Vargas, o Rio de Janeiro, abrigou a indústria de base e fomentou o processo de industrialização fluminense.

O Estado Novo instalou a Companhia Siderúrgica Nacional, a fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional Alcalis, a Refinaria Duque de Caxias etc. Estas importantes unidades industriais, voltadas para a recuperação do interior do estado do Rio de Janeiro, parecem se originar de decisões federais, desejosas de atenuar o que consideravam excessiva hegemonia paulista. (LESSA, 2005, p.346)

Após o período de grande crescimento industrial no país, um período de crise que a durou de 1963 a 1967, que a taxa de crescimento anual sofreu uma retração. Após esse período dá início a recuperação por meio de grandes incentivos governamentais e privados.

Além dos problemas advindos da crise que o país enfrentou a partir de 1963, o atual município Rio de Janeiro deixa de ser capital do país e passa a ser um estado da federação, intitulado Estado da Guanabara até o ano de 1975.

A partir da transferência da Capital para Brasília, ocorrida em 1960, o Rio de Janeiro vê desvanecer sua centralidade política e econômica. Deste então, o estado da Guanabara inicia processo lento e gradual de esvaziamento, perdendo sua histórica posição de núcleo de circulação da riqueza e centro político do país, com reflexos diretos sobre a participação relativa da indústria na produção industrial nacional. (ROSENDO, 2008, p. 55)

E ao longo do século XX a indústria pioneira foi perdendo a liderança para São Paulo, enquanto essa constituía sua hegemonia.

Quando da transferência da capital para Brasília, já estava cristalizado a diferença estrutural do Rio em relação a São Paulo no referente desenvolvimento industrial. Completando um longo processo pelo qual a indústria paulista ampliou sua distância relativa do Rio, na segunda metade dos anos 50, o Plano de Metas de JK havia instalado os complexos metal-mecânico e eletroeletrônico na região Metropolitana de São Paulo. Entre 1956-61, o investimento direto estrangeiro em São Paulo foi sete vezes maior que no Rio, onde fixaram-se poucos segmentos desses complexos. A industrialização brasileira teve a partir daí como epicentro o ABC paulista. Do ponto de vista industrial, o Rio sobreviveu na periferia desse núcleo, subordinado a seu ritmo. O setor industrial, moderno e potencialmente dinâmico do Rio, circunscreveu-se à construção naval e pouco mais. (LESSA, p.345, 2005)

Quando foi criado o estado da Guanabara, havia um atraso industrial, e um aspecto que colaborou para acentuar esse atraso foram os altos preços dos terrenos industriais. Como tentativa de atenuar o atraso industrial em relação a São Paulo, foi formulada uma proposta de criação de distritos industriais, com terrenos mais baratos, sendo criado o Estatuto da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (Copeg). Desses distritos criados se destaca o distrito indústria de Santa Cruz, que atualmente integrada ao Grupo Gerdau.

O dinamismo da economia brasileira durante os anos 70 disfarçou problemas estruturais do Rio de Janeiro. O crescimento do emprego e da renda da população do Rio de Janeiro foi acompanhado por alguma ampliação das atividades industriais e até por uma notável expansão em alguns setores (como construção naval). (LESSA, p.348, 2005)

Em 1975, o governo fez a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro, e o território que era a Guanabara se tornou o município do Rio de Janeiro, capital do estado do Rio. Essa fusão foi realizada de maneira autoritária pelo governo que estava preocupado com a hegemonia indústria paulista.

Em conjunto com a fusão, foi elaborado um plano para desenvolvimento de um polo industrial e de tecnologia de ponta, com a criação da Companhia Brasileira de computadores, ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional como criação da usina de Sepetiba e realizou uma reforma do ensino superior com a Criação da Universidade

Federal do Rio de Janeiro para realização de pesquisas. E o Rio de Janeiro se tornou polo petroquímico para o país.

Entretanto, na década seguinte o Rio foi perdendo indústrias, e algumas das políticas de desenvolvimento industrial foram se dissolvendo, os a densidade industrial e os investimentos em pesquisas caíram drasticamente.

Nos anos 80, ficou visível o fracasso da retomada de industrialização do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, patenteou-se o efeito corrosivo da transferência da capital. A expressão “esvaziamento” do Rio tornou-se lugar comum. Inspirou uma espécie de contabilidade das perdas. (LESSA, p. 351, 2005)

Logo, o Rio de Janeiro que teve a indústria pioneira nacional, foi perdendo espaço durante todo o século XX, e com a transferência da capital para Brasília sofreu com a perda das funções que aqui eram sediadas.

O atual Estado do Rio de Janeiro apresenta idiossincrasias históricas e econômicas que influenciaram profundamente sua dinâmica industrial e tecnológica, bem como as dimensões de seu espaço territorial e produtivo. A histórica centralidade vivida pela cidade do Rio de Janeiro – município neutro que ostentou a posição de capital do país nos períodos Colonial, do Império e da República - garantiu-lhe o *status* de núcleo econômico, político e tecnológico do país e do estado, por mais de um século. A cidade do Rio de Janeiro concentrou, desde o início do século XIX, os investimentos provenientes do governo central, fato este que influenciou, de forma decisiva, a dinâmica econômica e tecnológica do estado. (ROSENDO, 2008, p.54)

4. CONCLUSÃO

Esta monografia buscou analisar o processo de industrialização brasileiro a partir do Rio de Janeiro,

O Rio de Janeiro foi a sede do império a partir de 1763. Com a vinda da família Real para Brasil em, 1827, a então capital brasileira teve reforçada sua importância econômica, política e cultural. Com a Proclamação da República, a partir de 1889, passou a ser a sede do governo federal republicano. Dessa forma, o Rio foi palco das grandes decisões econômicas e políticas que determinaram o rumo do país por quase 200 anos. Além disso, sua importância econômica, desde então, tem sido bastante relevante, particularmente pelo fato de ter se constituído em um dos estados mais industrializados do país.

A industrialização brasileira teve como precursor o empresário Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, que buscava o desenvolvimento e modernização do país pela via da industrialização. Sua visão empreendedora o fez investir e fomentar as bases para o processo de industrialização, ainda no século XIX. Na segunda metade do século XIX, Mauá realizou diversos feitos como a criação do Estaleiro Ponta da Areia, a Construção da primeira ferrovia nacional, iluminação a gás, criação do banco do Brasil, sendo o Rio de Janeiro o palco desses feitos.

O Barão de Mauá foi influenciado pelo liberalismo Inglês sobretudo pela obra de Adam Smith. Com a fundação do Estaleiro Ponta de Areia, em Niterói, no Rio de Janeiro, constitui as bases da indústria Naval Nacional, ainda no século XIX. Ponta de Areia possibilitaria a posterior produção de postes para iluminação pública a gás, e, ainda, a criação da Primeira ferrovia Nacional que ligava a baía de Guanabara à Serra de Petrópolis, dando início ao desenvolvimento do setor de transportes do Rio de Janeiro.

Sua visão enquanto industrial não era compatível com as ideias domésticas predominantes em sua época, tendo sofrido forte oposição por parte da aristocracia agrária e escravocrata, contrária às ideias econômicas liberais e ao regime republicano. As oligarquias agrícolas defendiam o desenvolvimento através do setor agroexportador sendo contrárias, portanto, à formação de uma burguesia industrial. As pressões oligárquicas pelo estado brasileiro de então levaram Mauá à falência. Dessa forma, Mauá foi uma figura excepcional muito à frente de tempo, tendo sido muito importante

para o desenvolvimento industrial tanto do Rio de Janeiro quando para o Brasil de seu tempo.

No final do século XIX, o Brasil se tornara república e o Rio de Janeiro constituiu-se em sua capital. Nesse período, a indústria carioca expandiu-se para além da região central da cidade, destacando-se a indústria têxtil como, por exemplo, a Fábrica de Tecidos Bangu.

Já no século XX, após o período intitulado de Primeira República o Brasil passa a ser governado pelas oligarquias de Minas Gerais e São Paulo. Para colocar fim a este ciclo político e econômico, surge uma outra figura de extrema importância para o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro e do Brasil, Getúlio Vargas. Vargas foi o presidente do país por dois períodos distintos: o primeiro, entre 1930 até 1945, incluiu os Governos Provisório, Governo Constitucional e o Estado Novo; E o segundo momento, entre 1951 até 1954, ficou conhecido como Governo Populista. A sede do Governo Vargas foi o Palácio do Catete no Rio de Janeiro.

A ideologia nacionalista de Vargas se assemelhava a de Mauá, mesmo em séculos diferentes, pois ambos viam o desenvolvimento industrial como a ferramenta para promover o desenvolvimento econômico nacional e a soberania do país. Tendo ambos, enfrentado as oligarquias agrícolas que eram contrários a industrialização. Entretanto, como Vargas era o presidente do país, pôde contar com o poder do estado e as políticas públicas para implementar esse processo, ao contrário de Mauá que buscava a industrialização através da sua iniciativa privada.

O primeiro período do Governo Vargas (1930-45) foi marcado pela consolidação do Estado brasileiro enquanto agente capaz de produzir e executar políticas e a constituição da indústria das indústrias: a siderurgia. A construção da Companhia Siderurgia Nacional forneceria aço para as demais indústrias. Sua construção, em Volta Redonda, foi definido por conta do posicionamento estratégico da localização industrial, na divisa do Rio de Janeiro com Minas Gerais e São Paulo.

O período (1951-54) corresponde ao Segundo Governo Vargas. Vargas chega ao poder pelo voto popular e consolida a indústria de base no país, que será completada no Governo Juscelino, na segunda metade da década de 1950. Vargas cria diversas instituições e empresas estatais para impulsionar a industrialização nacional, com destaque para o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), com sede no Rio de Janeiro, em 1952. O BNDE era responsável por elaborar projetos econômicos e

implementá-los. Outro aspecto que marcou o segundo período do Governo Vargas foi a criação da empresa Estatal Petrobras, em 1953, no Rio de Janeiro, onde é continua sediando até os dias de hoje. Neste mesmo contexto, foram criadas a Fabrica Nacional de Motores, a Companhia Álcalis, Companhia Vale do Rio Doce a Rede Ferroviária Federal S.A,

Dessa forma, assim como Mauá, na implantação da indústria de ferro em Ponta de Areia, Vargas implantou a indústria de base com a produção de aço e lançou as bases para mudar a estrutura industrial do Rio de Janeiro e do Brasil. Entretanto, com as pressões das ideologias opositoras, o Palácio do Catete foi o palco do infeliz suicídio de Vargas, em 1954.

No Governo Dutra (1956-51) a política adotado foi ortodoxa, então a contribuição do período para o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro foi através da Construção da Via Dutra e da Avenida Brasil, que facilitaria o transporte da produção industrial e foi responsável pelo desenvolvimento industrial da Baixada Fluminense.

Á exemplo que marcou o Segundo Governo Vargas, o Governo Juscelino Kubistchek (1956-61) foi definido pela implementação do planejamento econômico no país enquanto técnica para a promoção da industrialização e desenvolvimento econômico.

O planejamento econômico do governo JK foi definido por meio da implementação de conjunto de técnicas, em grande parte desenvolvidas pela CEPAL, que culminou no que ficou popularmente conhecido como Plano de Metas. Através de análises e programação econômicas traçavam-se estratégias para alcançar-se a industrialização desenvolvimento econômico do país. O Plano de Metas incluiu os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

O Plano de Metas incluía uma meta emblemática e simbólica que consistia da construção de Brasília, que abrigaria a nova capital Federal. Dessa forma, em 1960 o Rio de Janeiro deixou de ser a capital do Brasil e passou a ser o Estado neutro da Guanabara. A transferência da capital federal para Brasília diminuiu a influência econômica e política do Rio de Janeiro no cenário nacional. Entretanto, sua influência cultural, política e econômica permanece até os dias de atuais, dado que foi a capital do país por quase 200 anos e centro das políticas de industrialização nacional, desde o

século XIX, com Barão de Mauá, e já no século XX com o destaque dos feitos de Vargas e Juscelino Kubitschek.

A perda de centralidade econômica e política do Rio de Janeiro a partir de 1960, e, sobretudo, a diminuição da importância da indústria de transformação carioca face a competição estabelecida pela indústria paulista, foi mitigada pelo crescimento e importância de uma nova indústria que surgiu: a extrativa mineral, com foco na exploração e produção de petróleo. Desde meados dos anos 1960, houve investimentos no setor do petróleo no Rio de Janeiro que contribuíram para o sólido desenvolvimento da Bacia de Campos. O Rio de Janeiro tornar-se-ia o maior produtor de petróleo e gás do país nos anos 1990.

Também na década de 1960, houve a criação do distrito industrial de Santa Cruz (baixada fluminense) que tinha por objetivo recuperar o dinamismo industrial perdido com a saída da capital do agora estado da Guanabara. Esse distrito recebeu empresas como o Grupo Gerdau, White Martins e a Casa da Moeda do Brasil.

Na década de 70, o estado da Guanabara (atual município do Rio de Janeiro) sofreu grande impacto econômico gerado pela mudança da capital, transferência de vários órgãos federais e sedes de empresas para outros estados da federação, assim como falta de políticas voltadas para a região e também com o reflexo da crise internacional. Em 1975, o Estado da Guanabara foi incorporado ao antigo Estado do Rio de Janeiro. O estado da Guanabara passou a ser denominado cidade do Rio de Janeiro, tornando-se a capital do estado.

Desde os anos 1960, o Rio de Janeiro vem passando por diferentes crises, econômicas e políticas que impactaram diretamente o bem-estar de sua população. Como resultado de seu passado escravocrata, da perda de dinamismo econômico e da precariedade de políticas públicas, o Rio de Janeiro tornou-se a cidade com a maior população vivendo em aglomerados subnormais do país (favelas), como revela o estudo do Censo 2010 sobre o tema, divulgado pelo IBGE. São 1.393.314 pessoas nas 763 favelas do Rio, ou seja, 22,03% dos 6.323.037 moradores do Rio (IBGE, 2011).

Logo, o Rio de Janeiro, centro dos grandes acontecimentos econômicos e políticos nos planos local e nacional, abrigou a capital do Brasil por quase duzentos anos, e foi o berço do processo da industrialização planejada. Sua visibilidade ultrapassa os limites territoriais do Brasil e é percebido como espelho da nação brasileira no exterior. Assim, o Rio de Janeiro que foi o pioneiro no processo de industrialização

ainda no século XIX, deu continuidade a esse processo no século XX, perdendo um pouco da sua influência econômica e política.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo Paiva. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo Paiva (org). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política Econômica Republicana**, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BARBOSA, Pedro Henrique Batista. **As Tarifas Alves Branco entre protecionismo e preocupação fiscal**. Brasília, 2014

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: UNESP, 2007

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O Capitalismo Tardio**. Campinas: Ed. Unicamp, Instituto de economia, 1998.

CAVALCANTI, C. Celso Furtado e a persistência do Subdesenvolvimento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C.: REGO, José M. (org) **A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo, 2001

FRANCO, G. H. B., A Primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo Paiva (org). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política Econômica Republicana**, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FRITSCH, Winston. Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo Paiva (org). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política Econômica Republicana**, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo Cultural, 1961

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1969

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GUDIN, E. A Carta à comissão de Planejamento. In: **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Rio de Janeiro: IPEA, INPES, 1977

LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1974

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2005

MARINGONI, Gilberto. Barão de Mauá, o empreendedor. Disponível em: <http://www.brmaua.com.br/ventos-do-sul/>. Acesso em: 15 de março de 2018.

Mauá, o Imperador e o Rei. Direção: Sergio Rezende. Coprodução: Buenas Vista Internacional, Ipiranga, Eletrobrás, Ministério da Cultura, Furnas. Brasil, 1999

MAUÁ, I. e de S. **Correspondência política de Mauá no Rio da Prata (1850-1885)**. Rio de Janeiro: plc- Editora Sul Americana, 1943

Multirio. A história industrial do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/66-o-rio-de-janeiro-como-distrito-federal-vitrine-cartao-postal-e-palco-da-politica-nacional/2908-constituicao-de-1891-a-criacao-do-distrito-federal>. Acesso em 18 de março de 2018.

NASSIF, Luis. **A História Industrial do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-historia-industrial-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 24 de abril de 2018

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo Paiva (org). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política Econômica Republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

ROSENDO, Roberto Cezar. Formação Econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, Roberto M. (org); NETO, R. SILVA (org). **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense – da cana-de-açúcar aos royalties de petróleo**. Rio de Janeiro: WTC Editora, 2004

ROSENDO, Roberto Cezar. **O Sistema de Inovação do Estado do Rio de Janeiro: Impactos da indústria petrolífera**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

SIMONSEN, R. O planejamento da economia brasileira. In: **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Rio de Janeiro: IPEA, INPES, 1977

TORRES, Rosane dos Santos. A cidade-capital: a centralidade do Rio de Janeiro no contexto do Império Ultramarino Português. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014, p. 347-360.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo Paiva (org). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política Econômica Republicana**, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de Estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo Paiva (org). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política Econômica Republicana**, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.